



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1953, DE 08 DE AGOSTO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem, grau acadêmico Bacharelado, modalidade Presencial, da Faculdade de Enfermagem, para ingressantes a partir de 2025.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, reunido em sessão plenária realizada em 08 de agosto de 2025, e tendo em vista o que consta do processo eletrônico nº 23070.051059/2022-51, e considerando:

- a) o Estatuto e o Regimento da UFG;
- b) o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFG;
- c) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, com suas alterações;
- d) o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação - RGCG;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem, Bacharelado, Presencial, da Faculdade de Enfermagem - FEN da Universidade Federal de Goiás, na forma do anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, com efeito para os alunos ingressos a partir de 2025.

Goiânia, 08 de agosto de 2025

Prof. Jesiel Freitas Carvalho
- Vice-Reitor no exercício da Reitoria -



Documento assinado eletronicamente por **Jesiel Freitas Carvalho, Vice-Reitor, no exercício da Reitoria**, em 10/10/2025, às 21:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **5678019** e o código CRC **AB1AD237**.

Referência: Processo nº 23070.051059/2022-51

SEI nº 5678019

ANEXO À RESOLUÇÃO CEPEC/UFG Nº 1953, DE 08 DE AGOSTO DE 2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ENFERMAGEM**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENFERMAGEM - BACHARELADO

Reitor(a): ANGELITA PEREIRA DE LIMA
Vice-Reitor(a): JESIEL FREITAS CARVALHO
Diretor(a) da Unidade: CAMILA CARDOSO CAIXETA
Vice-diretor(a) da Unidade: NATALIA DEL ANGELO AREDES
Coordenador(a) do Curso: KARINA MACHADO SIQUEIRA
Vice-coordenador(a) do Curso: REGIANE APARECIDA DOS SANTOS SOARES
BARRETO

Comissão NDE/Elaboração:

REGIANE APARECIDA DOS SANTOS SOARES BARRETO - PRESIDENTE
REGIANE APARECIDA DOS SANTOS SOARES BARRETO
PATRICIA TAVARES DOS SANTOS
NATALIA DEL ANGELO AREDES
KARINA MACHADO SIQUEIRA
LEONORA REZENDE PACHECO
CRISTIANA DA COSTA LUCIANO
KARINA SUZUKI
DOUGLAS JOSE NOGUEIRA

**Goiânia
2025**

Sumário

1 - Apresentação	4
2 - Exposição de motivos	8
3 - Objetivos do Curso	15
4 - Perfil do curso	17
5 - Perfil do egresso	24
6 - Estrutura curricular	24
6.2 - Matriz curricular	25
ENFERMAGEM Goiânia Presencial - 2025/1 Matutino/Vespertino	25
6.3 - Tabela de equivalência	39
6.4 - Ementas e bibliografia básica e complementar	43
7 - Atividades Complementares	90
8 - Política e gestão de estágio curricular obrigatório e não obrigatório	91
9 - Política da inserção de ações curriculares de extensão - Acex	93
10 - Política e gestão de prática como componente curricular - PCC	94
11 - Trabalho de conclusão de curso	95
12 - Política de ensino, pesquisa e extensão	95
13 - Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem e apoio ao discente	96
14 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	98
15 - Gestão das atividades EaD nos cursos presenciais (opcional)	100
16 - Referências	100

1 - Apresentação

A Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás (FEN/ UFG) é um importante centro de desenvolvimento da Enfermagem no Centro-Oeste, por meio do seu curso de graduação em Enfermagem, cursos de pós- graduação lato sensu em diferentes áreas de especialidade da profissão, áreas de atuação interdisciplinar e Programa de Pós- Graduação stricto sensu em nível de mestrado e doutorado em Enfermagem e Saúde. Constitui locus para reflexão e avanços da profissão e da saúde no país e internacionalmente, considerando seu impacto na formação de profissionais e produção científica com repercussão no país e no exterior.

O curso de graduação em Enfermagem é oferecido desde 1975 e os cursos de capacitação e especialização no âmbito da pós-graduação lato sensu desde 2006. Por sua vez, a formação de pós-graduação stricto sensu nível mestrado é oferecida desde 2003 e a de doutorado desde 2010.

A missão da Faculdade de Enfermagem é “formar profissionais de excelência para o cuidado à saúde humana”. Os processos educacionais dessa formação estão em alinhamento com os princípios da Universidade Federal de Goiás (UFG) (2021) e são pautados na integração entre ensino, pesquisa e extensão, no comprometimento dos futuros profissionais com a sociedade desde os momentos iniciais do curso; formação política e de lideranças fortalecimento da prática baseada em evidências e da curiosidade epistemológica no contexto da articulação entre teoria e prática; internacionalização como forma de expandir o conhecimento produzido na universidade multilateralmente e possibilitar avanços da Enfermagem e da saúde em uma perspectiva global.

A Faculdade tem como característica o comprometimento com as demandas da sociedade, apresentando como resposta às necessidades de saúde da população brasileira, projetos de grande magnitude nas áreas de pesquisa e extensão, integrados aos processos de ensino. Os estudantes de graduação se inserem nessas atividades desde o início do curso e têm oportunidades de participar de núcleos de pesquisa, ligas acadêmicas e representações, bem como desenvolver atividades de intercâmbio com universidades conveniadas em outros países.

No ensino, os estudantes são inseridos nos serviços e órgãos promotores de políticas de saúde por meio das atividades práticas e estágios que possibilitam interação com profissionais e usuários, observação e participação nos processos de trabalho, a fim de possibilitar vivências

significativas para o processo de formação crítico-reflexiva.

Nesse contexto, a FEN/UFG estabelece parcerias com secretarias municipais, estaduais e o Hospital das Clínicas da UFG em diversas atividades de interesse pedagógico e social, almejando promover a formação integral em saúde e o desenvolvimento de pesquisas, projetos de extensão e articulações com a gestão, para a melhoria da qualidade da assistência no Sistema Único de Saúde (SUS).

Além dos campos de prática vinculados à rede de saúde, os estudantes da Enfermagem contam com Ambulatório de Práticas Integrativas e sala de vacinação, que compõem a infraestrutura da unidade acadêmica e oferecem serviços à comunidade interna e externa à UFG, vinculados a projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária.

A sala de vacinação, inaugurada em 2020, busca a excelência em boas práticas de imunização e contribui para qualificar os futuros enfermeiros no gerenciamento de vacinas, organização de campanhas, rotinas, biossegurança, segurança do paciente e qualidade do atendimento; além de fortalecer o Programa Nacional de Imunizações (PNI) ao estimular o engajamento da população na prevenção de doenças imunopreveníveis.

O ambulatório de Práticas Integrativas em Saúde (PIS), inaugurado em 2019 e vinculado ao Instituto Confúcio da UFG, é fruto do convênio internacional com a Universidade de Hebei (China) e atende à comunidade com terapias e cuidados em saúde, incluindo o desenvolvimento de pesquisas e estudos na área.

Parte importante das ações de extensão são desenvolvidas em resposta às necessidades de saúde dos usuários identificadas no SUS e realizadas em conjunto com os setores da educação, segurança pública e serviço social. Essas ações são implementadas fora dos espaços da universidade e geram impacto de articulação por vezes intersetorial no atendimento às diversas populações, incluindo comunidades em vulnerabilidade, como imigrantes, pessoas privadas de liberdade, comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos, ribeirinhos, etc) e a população rural.

Para o fortalecimento da pesquisa e sua indissociabilidade do ensino, muitos estudantes participam de projetos desde a graduação, por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica e de Iniciação Científica e Tecnológica, além de outros projetos coordenados ou dos

quais participam professores da FEN, e são estimulados transversalmente no currículo de enfermagem a realizar pesquisas, a fim de contribuir com a ciência em Enfermagem e saúde, produzindo evidências, utilizando-as em seus estudos e implementando-as na prática.

O Programa de Educação Tutorial (PET) contribui com a formação de enfermeiros ao possibilitar o desenvolvimento de diversas habilidades por meio de atividades extracurriculares pautadas na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. As ações em pequenos grupos com a orientação de um(a) tutor(a) visam aprimorar habilidades pessoais e interpessoais, tais como capacidade de trabalhar em equipe, responsabilidade, planejamento, autonomia para a busca do conhecimento, compromisso, proatividade, criatividade, comunicação, criticidade e tomada de decisão. O PET se propõe a fortalecer o processo de formação de cidadãos na universidade com ações plurais no sentido de promover o perfil crítico-reflexivo e de liderança de estudantes comprometidos com sua responsabilidade social.

O PET-Saúde (Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde) é uma importante política indutora da integração ensino-serviço-comunidade e tem como pressuposto a educação pelo trabalho. Por ser uma política intersetorial, fomentado na parceria entre os Ministérios de Educação e Saúde, o PET Saúde é executado na parceria entre instituições de ensino e o serviço de saúde. Por meio de atividades que envolvem o ensino, a pesquisa, a extensão universitária e a participação social, o PET a cada edição lançada tem foco nas demandas e necessidades da educação para o trabalho e agendas dos ministérios.

A UFG e a FEN em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia e, mais recentemente, com a Secretaria Estadual de Saúde - Goiás, participam do PET Saúde desde sua primeira edição em 2008. A lógica de funcionamento envolve grupos tutoriais com docentes, tutores, preceptores e estudantes bolsistas. Na sua 10a. Edição 2024-2026, a FEN e a UFG participam do PET-Equidade que tem como foco o Programa Nacional de Equidade de gênero, raça e valorização das trabalhadoras do SUS em cinco grupos tutoriais que têm como objetivo geral: Contribuir para o enfrentamento de iniquidades relacionadas aos marcadores de diferenças (gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e deficiências), e de violências interpessoais e autoprovocadas, e para a valorização da saúde mental e dos processos de maternagem, gravidez, parto e puerpério, por meio da educação permanente e formação de trabalhadoras(es) e futuras e futuros trabalhadores do Sistema Único de Saúde, articulando ações e práticas que fortaleçam as estratégias para promoção da equidade nos territórios da

Universidade Federal de Goiás, no município de Goiânia e no Estado de Goiás.

Para fortalecer as oportunidades de aprendizagem, há um empenho constante em melhorar os espaços da Faculdade de Enfermagem (FEN), possibilitando ao estudante condições de consolidar sua formação. Atualmente, a FEN conta com um laboratório de informática e acesso à internet por wifi (eduroam) em todos os espaços do prédio, que se soma à biblioteca da universidade com meios para acesso à informação, elaboração de trabalhos e estudos diversos. Possui laboratório multiusuário de pesquisa clínica para apoio à pesquisa científica na graduação e é espaço de integração entre graduação e pós-graduação. Adicionalmente, dispõe de laboratórios de simulação e habilidades, que aproximam os estudantes da prática em um ambiente seguro para si e para os usuários antes do atendimento real nos serviços de saúde, além de um centro de materiais e esterilização, bem como consultórios que funcionam como espaços flexíveis para ensino, pesquisa e extensão.

Todo o cenário de oportunidades é usufruído pelos cursos de graduação, incluindo outras unidades acadêmicas da saúde, e pós-graduação lato e stricto sensu, com possibilidades de interação entre os estudantes dos diferentes níveis de formação. Além da possibilidade de interação nos espaços, ocorre a integração no contexto dos grupos de pesquisa, nas ações de extensão e no ensino de modo geral, sobretudo pelo Estágio de Docência, que é requisito para a formação de mestres e doutores. No contexto da pós-graduação lato sensu, a integração entre os estudantes de diferentes níveis tem ocorrido especialmente por meio de atividades promovidas pelas ligas acadêmicas.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) fazem parte do rol de ferramentas de ensino-aprendizagem utilizadas no curso, mediando a construção de saberes. Na UFG, há o sistema de integração de gestão acadêmica, que permite ao estudante não apenas acessar documentos e trâmites administrativos relacionados ao curso, como acessar repositório de materiais pedagógicos e participar de atividades mediadas por tecnologia.

O corpo docente majoritariamente formado por doutores e em regime de dedicação exclusiva, além das atividades na graduação, estão inseridos em programas de pós-graduação stricto ou lato sensu, incluindo a residência multiprofissional da UFG. Todos os professores coordenam ou compõem equipes de pesquisa e de extensão, além de participarem efetivamente de comissões específicas da UFG, representando a unidade acadêmica. A equipe de professores demonstra forte compromisso com os pilares da universidade pública, colaborando também na

gestão da UFG. Uma parcela significativa de professores são referências nas respectivas áreas temáticas de estudos e participam de representações em órgãos nacionais e internacionais, de natureza científica ou instâncias formuladoras de políticas de saúde, configurando-se como lideranças que contribuem para avanços nos temas da enfermagem e da saúde.

Além disso, o corpo técnico-administrativo da FEN atua em todas as coordenações da unidade, promovendo ações em diversos processos de trabalho no intuito de promover qualidade e aprimoramento permanente das atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidas pela faculdade. É composto por profissionais de diferentes áreas de formação, incluindo enfermeiras e técnicas de enfermagem que contribuem para a sustentabilidade no atendimento à comunidade externa atendida nas ações de saúde.

Em alinhamento com a política institucional da UFG, reforçada na Resolução CEPEC 1849 de 08 de dezembro de 2023 que regulamenta a participação dos estudantes nos programas de mobilidade acadêmica, a FEN tem expandido seu relacionamento internacional com outras instituições de ensino superior em diversos países, com notável expansão na cooperação sul-sul, possibilitando mais oportunidades de intercâmbio cultural e acadêmico, compartilhamento de experiências para o fortalecimento do ensino, articulação de redes de investigação e estudos para alavancar a pesquisa científica em perspectiva global.

Unidade Acadêmica: FACULDADE DE ENFERMAGEM

Curso-habilitação: ENFERMAGEM

Modalidade: Presencial

Grau acadêmico: BACHARELADO

Carga horária total em horas: 4666

Turno(s) de funcionamento: Integral (Matutino/Vespertino)

Número de vagas anuais: 50

Duração mínima do curso: 10

Duração máxima do curso: 16

Área geral - Cine/Inep: 0913E01 - ENFERMAGEM

2 - Exposição de motivos

A construção de um currículo traz consigo a motivação de todos os seus partícipes de avançar para o futuro, analisando criticamente o passado e o presente. Segundo Gadotti (1994, p.579):

Todo projeto supõe “rupturas” com o presente e “promessas” para o futuro. Projetar

significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Diante da reconhecida importância de mobilizar e comprometer atores e autores, a construção deste projeto foi notadamente coletiva, permeado por um ciclo dinâmico de proposições, debates e reflexão, com avanços e retomadas, buscando valorizar as experiências e as diferentes perspectivas dos envolvidos.

Este PPC, construído por professores, estudantes e egressos, sob coordenação do Núcleo Docente Estruturante (NDE), foi redigido e revisado ao longo de dois anos e requereu da comunidade acadêmica encontros, oficinas, reuniões, desenvolvimento de texto iterativo, ponderação sobre prioridades, normas, possibilidades e perfil dos professores, dos estudantes e da instituição de ensino, para que fosse possível chegar a um documento. Documento este que embora redigido e publicado, não é estanque e reflete um currículo vivo que é construído nas relações e vivências, e na dinamicidade do contexto.

Os professores e egressos reconhecem a formação dos enfermeiros pela FEN como uma potência no Centro Oeste e valorizam o histórico de construção de professores, estudantes e técnicos que possibilitou este cenário. Ao mesmo tempo, para fins de revisão curricular, foram analisadas possibilidades de atualização, aprimoramento e inovação, entendendo em que propostas cabiam cada uma dessas ações. Desse modo, iniciaremos com os destaques de modificação deste projeto em relação ao anterior.

As disciplinas anteriormente oferecidas passaram por revisão, resultando em modificações nos nomes, ementas, atualização de referências, cargas horárias e momento de oferta nos períodos do curso. Quanto aos nomes das disciplinas, foram analisados para refletir as políticas e não reproduzir especialidades do modelo biomédico, bem como alinhar-se às premissas da enfermagem e do eixo deste projeto pedagógico que é voltado para o SUS. O remanejamento de carga horária ocorreu para adequar-se às novas inserções, além da análise de realidade e expectativa de formação do perfil do egresso, considerando: 1. extensão universitária que passou a compor o cômputo de horas do curso, 2. aumento de percentual dedicado ao estágio curricular obrigatório, como previsto nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais, 3. manutenção

das disciplinas que passaram por processo de unificação de códigos na UFG, 4. inserção de novas disciplinas que foram consideradas importantes para desenvolver o perfil dos futuros enfermeiros e 5. análise conjunta das prioridades de distribuição de horas de formação nos diferentes temas e áreas em que a enfermagem atua, de modo a cumprir com a proposta de formação generalista.

Quanto às disciplinas inseridas como obrigatórias na matriz estão Saúde Digital, Segurança do Paciente e Processo de Enfermagem Avançado, atendendo às competências esperadas do enfermeiro segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2001, 2024), a Organização Mundial de Saúde (BRASIL, 2001; BRASIL, 2014; BRASIL, 2018), as políticas nacionais de informação em saúde e segurança do paciente, e a literatura nacional que aponta para a necessidade de fortalecer o processo de enfermagem no processo ensino-aprendizagem dos futuros enfermeiros e enfermeiras.

Embora estes temas estivessem contidos no currículo anteriormente, discutiu-se a importância de duas ações que a priori são paradoxais, mas podem ser vistas como uma estratégia de complementaridade, ao assumir que o currículo continua sendo estruturado por disciplinas: 1. promover a transversalidade desses temas nas disciplinas, o que culminou na revisão das ementas para conter estes temas; e 2. garantir espaços formais de debate sobre esses temas e consolidar saberes construídos ao longo da formação, o que resultou na inserção destas novas disciplinas obrigatórias.

Neste projeto é valorizada a integração entre teoria e prática, tanto internamente, nos componentes curriculares que possuem os dois tipos de conteúdos, quanto na articulação entre as disciplinas, cuidadosamente distribuídas na matriz curricular com o intuito de favorecer a interdisciplinaridade. Adicionalmente, foi inserido neste projeto um novo componente curricular com caráter integrador, que objetiva articular conhecimentos entre áreas do saber, teoria e prática, professores de diferentes áreas, e promover atividades pedagógicas compartilhadas entre estudantes de diferentes períodos do curso, inclusive no âmbito da pós-graduação, a fim de garantir a discussão de temas transversais ao currículo previstos nas DCN. Os módulos de integração serão estruturados em torno de temas de relevância epidemiológica e social do momento em que é ofertada, valorizando a flexibilidade curricular e o debate pautado na realidade que se apresenta, além de garantir oportunidade de reflexão crítico-reflexiva sobre saúde e educação ambiental, inovação em saúde, diversidade e relações étnico-raciais, saberes

atitudinais de comunicação, liderança, compromisso social e ética.

Ainda, com o objetivo de aproximar os estudantes ingressantes à aprendizagem de temas em saúde que têm uma importante demanda de socialização dos saberes com as comunidades, respeitando o nível de formação, a disciplina Introdução ao atendimento pré-hospitalar foi inserida no primeiro semestre. Cabe acrescentar que esta temática já foi no passado uma disciplina obrigatória do currículo com boa avaliação pelos estudantes - com ampla participação em atividades de laboratório e percepção de aproximação com saberes da enfermagem desde o início do curso.

No âmbito dos estágios, o Estágio Interprofissional, que já é tradicional na UFG, e viabiliza a formação de equipes de estudantes de diferentes cursos da saúde para atuar na perspectiva interprofissional na atenção primária, passou a ser uma disciplina obrigatória e não mais compor o rodízio de campos do Estágio Supervisionado I, componente anterior. Esta ação reforça a importância desta iniciativa que é inovadora nos currículos de enfermagem do Brasil e consolida a articulação entre os diferentes cursos da saúde na UFG.

Ainda neste tópico, em atendimento à Resolução CNS nº 573/2018 que segue em tramitação no Ministério da Educação, esse PPC implementa a ampliação da carga horária voltada para os estágios curriculares obrigatórios (30% da carga horária total do curso) e estabelece que metade das horas será destinada para atuação na Atenção Primária à Saúde (APS) (BRASIL, 2018). Considerando o estágio supervisionado como experiência de ensino-aprendizagem fundamental para a formação por meio da imersão do estudante nos espaços de atuação do enfermeiro, essa medida amplia as oportunidades de aprendizagem no âmbito dos serviços de saúde, garantida e planejada pelo professor supervisor e pelo enfermeiro preceptor. Nessa relação, entende-se que o estágio potencializa a interação ensino-serviço, aproximando a universidade do dia a dia dos serviços de saúde, além de estimular o estudante ao exercício de autonomia e problematização da própria prática, uma vez que passa a compor a equipe de saúde por um tempo maior, assumindo responsabilidades e participando mais intensamente da rotina do sistema de saúde.

O rol de disciplinas optativas contém possibilidades de aprofundamento nos estudos de temas abordados nas obrigatórias, a critério de escolha do estudante, e que são importantes para a formação do enfermeiro. Foram inseridas disciplinas com temas relacionados à prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde; práticas integrativas em saúde; doação,

captação e transplante de órgãos e saúde do trabalhador com objetivo de despertar interesse dos estudantes para essas áreas com demanda de profissionais qualificados na região. Além das disciplinas já citadas, foi inserida uma disciplina específica com foco em saúde dos povos originários, considerando o contexto locorregional da FEN e a necessidade de aprimoramento na formação do enfermeiro para atuar junto a essas populações, promovendo ações de cuidado em saúde com respeito à diversidade cultural, em consonância com os princípios da UFG e das DCN da Enfermagem. Esta disciplina especificamente foi bastante defendida por uma estudante indígena, a primeira graduada pela FEN em 2022, contribuindo com o debate.

A atualização das ementas e referências visou abranger populações em vulnerabilidade como tópico importante para avanço contra a iniquidade em saúde, e contemplar autores e referências de pessoas negras e indígenas, com motivação de inclusão e valorização de diferentes culturas e povos. Nesta perspectiva, foi incluída a neurodiversidade na ementa da disciplina Enfermagem em saúde da criança e do adolescente, para que conteúdos como o espectro autista e outros, sejam contemplados.

Diferentemente dos projetos pedagógicos anteriores, essa proposta inclui a inserção da extensão no currículo, como previsto pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, com vistas ao fortalecimento da integração entre a universidade e a sociedade por meio de atividades de extensão, que já são amplamente realizadas pela FEN – UFG e passarão a constituir formalmente o currículo dos estudantes (BRASIL, 2014). A inserção da extensão no currículo vem acompanhada por normativas na UFG que organizam o planejamento desta ação e que orientaram o processo de discussão na FEN, resultando na distribuição de horas de extensão contida em algumas disciplinas e também fora delas, garantindo espaço para a escolha do estudante ao participar de projetos variados de extensão universitária ao longo de sua formação.

Cabe ressaltar que a discussão em torno da construção deste projeto de currículo foi concomitante a debates ampliados sobre a educação em enfermagem, viabilizados pelas reuniões, encontros locais e regionais, e revisões de documentos relacionados às novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), cuja publicação anterior data de 7 de novembro de 2001, e que passou no período de construção deste PPC pela Resolução CNS 573 de 2018, pela Minuta n. 5 enviada pelo Ministério da Educação e amplamente refutada pelas instituições de ensino superior de enfermagem na FEN, no estado de Goiás via Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn)

seção Goiás, e nacionalmente, pela ABEn. Após nova revisão, as DCN seguem em análise após consulta pública até que sejam finalmente publicadas.

Outro contexto de debate relevante ocorreu em torno dos riscos à profissão pelo contexto da existência e ampliação dos cursos de graduação em enfermagem na modalidade a distância, circunscrito ao setor privado, representado por grandes empresas do setor, e com amplitude crescente de oferta de vagas. Houve também debates sobre os cuidados referentes ao limite de atividades mediadas por tecnologias, de modo que se possa avançar com o uso da tecnologia, mas que não descaracterize o caráter presencial que é requerido para a formação de qualidade na enfermagem.

No intuito de garantir formação alinhada às DCN e à realidade brasileira, a FEN, por meio de seus projetos anteriores e do presente currículo, reflete o compromisso institucional com a saúde como direito de todos e a defesa da universalidade, equidade, integralidade, bem como dos princípios organizativos que asseguram assistência à saúde da população brasileira com qualidade e compromisso, abarcando as diferentes necessidades de intervenções que abrangem a promoção da saúde, prevenção, recuperação e reabilitação, nos diversos ciclos de vida (BRASIL, 2001). Defende uma educação transformadora, que prepare os enfermeiros para atuarem de forma crítico-reflexiva e com liderança, e que ativamente participem do desenvolvimento da sociedade.

Para atender ao contexto em que há escassez de profissionais enfermeiros no mundo do trabalho e alavancar a qualidade do setor saúde no país, as instituições de ensino têm grande responsabilidade na formação inicial, continuada e permanente dos enfermeiros, consolidando fortalezas da profissão, projetando-a para avanços futuros, além de reconhecer e mitigar fragilidades e lacunas no processo educativo. Assim, é fundamental discutir os caminhos da educação em Enfermagem, as práticas pedagógicas na universidade e o planejamento desta faculdade em consonância com seu entendimento de projeto curricular e formação integral.

As reflexões acerca da formação de enfermagem em nível superior compõem ao longo do tempo um quadro que valoriza a formação crítica, reflexiva, autônoma e baseada em evidências. Apesar dos avanços denotados nas últimas décadas, frutos do empenho de enfermeiros e enfermeiras, professores e professoras, estudantes e comunidade, ainda há muitos desafios para a consolidação deste modelo, que é entendido como uma construção dos agentes envolvidos no processo.

Assim, o processo de educação desses futuros profissionais deve corresponder ao contexto nacional e aos alinhamentos de avanço internacional da profissão, se constituindo em estratégia para a superação do contexto atual, marcado por grandes desigualdades sociais e desafios epidemiológicos.

A diversidade de oportunidades de ensino- aprendizagem é imprescindível para a ampliação da capacidade de interpretação da realidade, bem como da proposição de estratégias para o atendimento das necessidades de saúde da população. Dessa forma, a FEN possibilita aos estudantes o desenvolvimento de aulas práticas e estágios curriculares obrigatórios em cenários distribuídos nos diferentes níveis de atenção do SUS, preparando os mesmos para uma atuação generalista e de qualidade.

Diante do exposto, esse projeto propõe um novo projeto de currículo para o Curso de Graduação em Enfermagem da UFG, pautado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº. 9.394, de 20/12/1996 (BRASIL, 1996), suas alterações e regulamentações, nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação (CNE) (BRASIL, 2001; e versão final aguardando publicação pelo CNE em 2024), no Estatuto e Regimento e no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG - Resolução CEPEC/UFG Nº 1791, 2022) da Universidade Federal de Goiás, apoiando-se nas seguintes referências:

- Constituição Federal (artigo 200) que afirma ser atribuição do SUS o ordenamento da formação para a área, ou seja, o SUS deve interferir pela orientação da formação em coerência com as diretrizes constitucionais da saúde (BRASIL, 1988);
- Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8142/ 1990 - artigos 13, 15 e 27) que determina o cumprimento do objetivo de contribuir para a organização de um sistema de formação em todos os níveis de ensino e, ainda, a constituição dos serviços públicos que integram o SUS como campos de prática para o ensino e a pesquisa, mediante normas específicas, elaboradas conjuntamente com o sistema educacional (BRASIL, 1990);
- Constituição Federal (artigo 198) que define as diretrizes para as ações e serviços de saúde, primando por um atendimento integral por parte de seus profissionais (BRASIL, 1988);

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20/12/96, suas alterações e regulamentações), que atribuiu ao sistema educacional nacional a garantia dos padrões mínimos de qualidade do ensino, a vinculação entre a formação, o trabalho e as práticas sociais e, ainda, a integração das ações do poder público que conduzam à melhoria da qualidade do ensino, à formação para o trabalho e à promoção humanística, científica e tecnológica do país (BRASIL, 1996);
- Resolução CNE/CES nº 3 de 7 de novembro de 2001, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem e afirma que a formação do enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando a integralidade da atenção, à qualidade e a humanização do atendimento (BRASIL, 2001);
- Resolução CEPEC/UFG nº 1791, de 07 de outubro de 2022. Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Goiás (2022) que propôs a reformulação dos cursos privilegiando três eixos: a flexibilização curricular, a participação do estudante e a interdisciplinaridade.
- Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, segundo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014; BRASIL, 2018).
- Resolução nº 573, de 31 de janeiro de 2018. Aprovação do Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem (BRASIL, 2018).

3 - Objetivos do Curso

Formar enfermeiros de excelência, generalistas, humanistas, críticos e reflexivos, qualificados para o exercício de Enfermagem na assistência, gestão, ensino, pesquisa e participação social, pautados no conhecimento científico, ética, interprofissionalidade, compromisso social e sustentabilidade, considerando a diversidade do contexto epidemiológico loco regional, nacional e internacional.

COMPETÊNCIAS ESPERADAS

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação da Enfermagem, desde 2001 e reforçadas no documento de 2024, prevêem no processo formativo o desenvolvimento de competências para que o enfermeiro alcance o perfil desejado para a profissão. Desta forma, é importante que os currículos de enfermagem, pautados nas DCN, definam tais competências que serão um guia para as atividades de ensino, pesquisa e extensão durante a graduação.

A lista de competências esperadas foi desenvolvida a partir das que constam nas DCN 2024, e antes, na Resolução CNS n. 573 de 2018, além de discussão e construção pelo corpo docente em oficinas ao longo do processo de construção deste projeto de curso:

Atuação política e desenvolvimento profissional

- Ser autônomo, crítico, criativo e solidário no exercício da aprendizagem e do trabalho, interrogando-se sobre o porquê, o para quê, os fins da ação em saúde e as necessidades dos usuários do sistema de saúde;
- Promover e incentivar o controle social;
- Atuar na promoção da saúde pautado na interdisciplinaridade e intersetorialidade, compreendendo a divisão do trabalho e o papel social da enfermagem e equipe multiprofissional;
- Praticar a autonomia e aprender a aprender;
- Atuar no processo de busca pela valorização da profissão, participando ativa e politicamente das organizações da enfermagem e demais setores da sociedade;
- Advogar pelo direito à saúde dos cidadãos, grupos, família e comunidade nas estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde e na dinâmica de trabalho;
- Estabelecer relações interpessoais pautadas na ética e comunicar-se de forma assertiva, terapêutica, efetiva e não violenta;
- Cuidar da saúde física, mental e bem-estar de si próprio e das pessoas com quem convive.

Enfermagem para o SUS

- Atuar com base no raciocínio clínico e pensamento crítico para a tomada de decisão diagnóstica e terapêutica e para a implementação de intervenções de enfermagem voltadas aos indivíduos em todo o ciclo de vida, famílias, grupos e comunidades;
- Promover cuidado de enfermagem e liderar ações em saúde com qualidade, sustentabilidade, ética, segurança e transformação social;
- Fomentar a universalidade, equidade e integralidade em saúde, reconhecendo a Atenção Primária à Saúde como ordenadora do SUS;
- Reconhecer os grupos sociais em vulnerabilidade, prestando atendimento integral, humanizado, acolhedor e resolutivo;

- Trabalhar em equipe com compromisso, responsabilidade e cooperação, na perspectiva interprofissional e tendo como centralidade as necessidades de saúde da população, a qualidade e a resolutividade em saúde;
- Desenvolver, validar e utilizar tecnologias de informação e comunicação para avanço da assistência de enfermagem e interprofissional no contexto do SUS.

Gestão e liderança

- Desenvolver ações de gestão e gerenciamento do cuidado e dos serviços de enfermagem e de saúde;
- Desenvolver a gestão do cuidado de enfermagem nas Redes de Atenção à Saúde, com base nos indicadores de saúde, assistenciais e gerenciais, no âmbito individual e coletivo;
- Coordenar o trabalho da equipe de enfermagem e buscar valorização e engajamento de todos os profissionais da enfermagem;
- Liderar o planejamento, a execução e o monitoramento de ações no âmbito da qualidade, sustentabilidade e segurança;
- Gerenciar dimensionando adequadamente os recursos humanos, os recursos físicos, materiais, de informação e de tecnologia para o cuidado de enfermagem.
- Planejar e implementar intervenções de enfermagem a partir de referenciais teóricos, conhecimento clínico, evidências científicas, contexto sociocultural e em conformidade com os interesses da pessoa cuidada e família;
- Empreender iniciativas de sistematização da assistência de enfermagem, nas suas diversas expressões e níveis de processos.

Pesquisa e educação

- Coordenar, planejar e participar de pesquisas e de outras formas de produção de conhecimento, tecnologias, e inovação, respeitando boas práticas;
- Promover educação permanente em saúde no ambiente de trabalho como agente ativo do fortalecimento dessa política nacional;
- Promover articulação dos saberes científicos com a prática nos diferentes espaços de atuação do enfermeiro;
- Promover educação em saúde à população no âmbito individual e coletivo, na perspectiva dialógica e do fortalecimento da autonomia dos usuários do SUS e do letramento em saúde.

4 - Perfil do curso

CONTEXTO E REALIDADE DA INSERÇÃO DO CURSO

Esse item compreende o contexto de inserção do curso, envolvendo aspectos descritivos da realidade, tal qual ela se apresenta, a fim de que “a formação do profissional não se distancie do comprometimento com a solução dos problemas da sociedade na qual atuará” (SAUPE; ALVES, 2000, p. 62).

Desse modo, o texto apresenta brevemente uma leitura do contexto atual, abordando os aspectos relacionados às políticas de saúde, de educação e da profissão. Como esses aspectos são dinâmicos, cabe aos professores, estudantes e gestores da instituição de ensino incorporarem o contexto vivido ao processo educativo, problematizando rotineiramente os aspectos emergentes, contribuindo com os avanços.

Desde o início do século passado, os sanitaristas brasileiros vêm se dedicando a aprofundar o conhecimento das relações entre a determinação social e o processo saúde doença e a desenvolver ações concretas de intervenção, baseadas nesse conhecimento. Apesar dos importantes avanços dos últimos anos na melhoria de seus indicadores de saúde, o Brasil está entre os países com maiores iniquidades sociais com impacto direto no processo saúde-doença.

A Enfermagem pode contribuir para o enfrentamento das iniquidades em saúde por meio da atuação nas diversas dimensões de seu processo de trabalho, incluindo a visão crítica da realidade, a escuta ativa e qualificada, o trabalho em equipe, a gestão do cuidado e dos serviços, bem como pela observância dos princípios do SUS. O potencial de contribuição da enfermagem se manifesta pelas frentes de atuação na assistência e gestão, com atenção à universalidade, integralidade e equidade, e pela ampla participação da profissão em todos os níveis de atenção do SUS, ampliando sua visão sobre o todo.

Cabe destacar que o perfil de saúde do estado de Goiás é de tripla carga de doença, havendo elevadas taxas de morbimortalidade por doenças crônicas não transmissíveis e por causas externas, bem como elevada incidência e prevalência de doenças infecciosas e parasitárias, à semelhança do perfil nacional (GOIÁS, 2020). Esse perfil de saúde complexifica o processo de cuidar e exige ações integradas voltadas para os indivíduos, famílias e comunidades, evidenciando a necessidade de fortalecimento do trabalho colaborativo em equipe (ALMEIDA, TESTON, MEDEIROS, 2019) e de formação técnico- científica humanística que sustentem práticas de saúde assertivas em relação às necessidades de saúde dessa população.

Adicionalmente, é reconhecido o desafio de restabelecer os índices de imunização que traziam ao país posição de destaque no cenário global e que sofreu impactos negativos nos últimos anos. O papel da enfermagem na meta de restabelecer esses índices é inquestionável e requer múltiplas competências para o enfrentamento dos desafios de promoção de educação em saúde, comunicação, embasamento científico e conhecimento do contexto sociopolítico vigente, proposição e implementação de políticas de saúde, gestão de enfermagem e de serviços.

No cenário da pesquisa, a profissão tem contribuído em diversas linhas e pode avançar em investigações no contexto amplo da saúde, inclusive com proposição e análise sistemática de estratégias para a superação de problemas, subsidiando a tomada de decisão das equipes de saúde, gestores e da própria população. Nesse âmbito, a FEN tem participado ativamente de projetos articulados entre saúde e ambiente, considerando o contexto cultural e entendendo a determinação social como aspecto inerente ao processo saúde- doença; epidemiologia; formação de recursos humanos para a saúde; gestão em enfermagem e de serviços de saúde; processo de enfermagem e cuidados aos indivíduos, famílias e comunidades nos diferentes ciclos de vida, níveis de atenção do SUS e condições relacionadas ao processo saúde-doença.

Essas pesquisas, nas diferentes linhas, têm fortalecido a FEN e refletido nas oportunidades de iniciação científica dos estudantes de graduação, incluindo a participação em grupos de pesquisa e o aprofundamento de estudos que fundamentam cientificamente a prática da enfermagem. Além disso, as evidências produzidas na pesquisa contribuem para a formação de qualidade dos futuros enfermeiros e compõem o currículo por meio dos conteúdos abordados nas disciplinas.

No contexto da educação e a atuação da enfermagem diante dos desafios e, sobretudo, da desigualdade, os enfermeiros podem fomentar reflexões e ações para enfrentamento desta, seja nos espaços de formação profissional ou na educação popular. Para impactar a sociedade dessa forma, é fundamental que a própria formação dos estudantes de enfermagem seja crítica, provendo as ferramentas necessárias para a transformação social. Assim, quanto ao contexto brasileiro atual no âmbito da formação de futuros enfermeiros e enfermeiras, é preciso que haja compromisso e regulação pelos órgãos competentes na garantia de instituições de ensino sérias, de qualidade e que efetivamente formem profissionais éticos, críticos e que promovam avanços no SUS por meio de sua atuação na sociedade.

Um desafio que requer atenção no processo de formação, dada a realidade de inserção dos enfermeiros nos diversos serviços de saúde, é o aspecto das competências gerenciais, previstas nas DCN. Nesse âmbito de atuação, os enfermeiros podem advogar pelo interesse dos usuários do sistema de saúde, colaborar para a formulação de políticas públicas e implementar processos de trabalho que assegurem o direito à saúde. Nesse sentido, o PPC possui componentes de fortalecimento dos espaços de ensino-aprendizagem de tais competências, como os dois estágios voltados para a gestão em enfermagem e em saúde. Da mesma forma, há uma

preocupação com o fortalecimento das competências assistenciais do enfermeiro, que é fundamental para o avanço da profissão que processualmente amplia seu escopo no SUS e gera potencialidades de impacto na saúde dos indivíduos e famílias atendidos.

Diante do contexto desafiador que a saúde apresenta, para avançar na contribuição para o Desenvolvimento Sustentável com vistas à saúde e bem-estar, para a superação das iniquidades e para garantir a oferta de educação de qualidade, esse PPC propõe uma formação de enfermeiros crítico-reflexivos para atuar no SUS e pautada nos princípios e diretrizes que o orientam. O projeto de curso se preocupa em garantir as competências necessárias aos enfermeiros para que possam atuar nos diversos cenários da rede de atenção à saúde, compreendendo a APS como ordenadora do sistema, e capazes de trabalhar fundamentados no conhecimento científico com ética, e compromisso social com liderança, integrando equipes de saúde e participando da construção e/ou implementação de políticas públicas e do fortalecimento do sistema de saúde.

Adicionalmente, o contexto de inserção do curso requer um currículo culturalmente sensível que prepare os enfermeiros para a diversidade, e isto se manifesta transversalmente nos componentes curriculares, ora como ementa, referências que subsidiam essas reflexões voltadas à ação ora nos conteúdos relacionados aos temas das disciplinas, o que será melhor descrito ao longo desse documento.

CONCEPÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE ENFERMAGEM

As práticas pedagógicas ou tendências pedagógicas referem-se à forma predominante pela qual se efetua o processo educativo, muitas vezes os professores ou os instrutores de um mesmo cenário educativo podem utilizar processos pedagógicos diferentes e, portanto, haver uma mescla de tendências utilizadas (PEREIRA, 2003).

A FEN/UFG promove a formação de enfermeiros a partir das tendências pedagógicas de formação crítica com foco na autonomia das pessoas e na transformação social, influenciadas pela pedagogia libertadora, a partir da problematização, e a pedagogia crítico-social dos conteúdos, que também valoriza a prática social, ao mesmo tempo em que prima pelo planejamento pedagógico dos conteúdos.

A educação libertadora, representada por Paulo Freire, postula que a emancipação dos

cidadãos se dá por meio do entendimento crítico do contexto social em que vivem e da mobilização de esforços individuais e coletivos para a superação dos desafios postos no cotidiano, promovendo a transformação social.

O autor defende que o processo de educação não deve ser alienado nem alienante, portanto, é preciso que se pautasse necessariamente na problematização da realidade e que rompa com o modelo bancário ou depositário, próprio da educação tradicional – baseado na transmissão de conhecimentos pelo professor é compreendido como o único detentor do saber (FREIRE, 2019).

Isso demanda uma mudança de paradigma que foi construído ao longo dos anos no contexto da educação tradicional, marcado pela passividade dos estudantes e detenção do saber a ser transmitido pelos professores. A partir da autonomia, propõe-se entender que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2019), modificando o planejamento pedagógico e a relação professor-estudante em sua essência.

Segundo os estudiosos da pedagogia crítico-social, para que as pessoas sejam emancipadas com a interpretação crítica do contexto e possam promover transformação social, é preciso construir o conhecimento a partir do planejamento de ensino contendo conteúdos e saberes desenvolvidos cientificamente e socialmente pela humanidade ao longo do tempo, instrumentalizando as pessoas para ações que promovam mudança da realidade (LIBÂNEO, 1990; SAVIANI, 2008).

Dessa forma, entendemos que essas tendências pedagógicas se mesclam no fazer docente que a FEN/UFG se propõe a desenvolver e norteiam a execução do currículo proposto. É necessário um processo contínuo de formação docente para que esse currículo seja implementado, avançando para além do documento escrito e se manifestando no fazer dos professores, dos estudantes e nas relações da comunidade acadêmica, tanto internamente como com a sociedade.

A FEN/UFG adota o currículo por disciplinas e busca avançar na integração curricular. Esse processo se manifesta formalmente nos Módulos de Integração, distribuídos ao longo do curso, mas não se limitam a esses espaços. Seus objetivos são: a) promover de forma concreta a integração de componentes curriculares da matriz; b) ampliar os espaços de aprendizagem ativa,

cooperação e desenvolvimento de saberes atitudinais; c) fortalecer a articulação entre teoria e prática; e d) garantir formalmente as reflexões e discussões sobre a saúde no âmbito individual, familiar e coletivo, com conhecimentos específicos da enfermagem e também debates que relacionam a saúde aos aspectos gerais da sociedade em política, economia, meio ambiente e direitos humanos, incorporando temas como diversidade e relações étnico-raciais.

Além disso, em cada componente curricular, ao buscar o desenvolvimento das competências necessárias ao enfermeiro, é preciso promover integração entre os temas e disciplinas e na pluralidade das atividades acadêmicas e extracurriculares que se baseiam em projetos, atividades voltadas à resolução de problemas da realidade e de pesquisa.

As competências implicam em objetivos de aprendizagem, sem negar a flexibilidade necessária a este, e ao problematizar a realidade e o contexto em que estão professores, estudantes e sociedade. Em outras palavras, as competências previstas nas DCN e Resolução n. 573, e as competências apresentadas neste PPC incorporam a criticidade necessária para a formação do enfermeiro e, portanto, não pertencem a uma visão reducionista do processo de formação:

Há dois aspectos que diferenciam claramente a noção de competências cognitivo-construtivista da perspectiva comportamental a que viemos nos referindo. O primeiro é que ter competência não significa aplicar conhecimento a situações dadas, um dos níveis da taxonomia de Bloom. Trata-se de algo muito mais complexo, que não pode ser reduzido a uma associação linear (ou multilinear) de esquemas. Os esquemas se reconstroem no processo de associar-se, de modo que toda competência construída, além de uma competência é ferramenta para a construção de competência. A segunda distinção diz respeito ao fato de que toda competência é construída na prática social concreta. Diferentemente dos comportamentalistas, para quem os estudantes também têm que experimentar situações em que o comportamento é expresso, a prática social concreta é mais complexa. Nela, não há uma situação igual à outra na qual a competência pode ser treinada e adquirida, assim como que o sujeito não é mais o mesmo depois de acionar seus esquemas de forma competente em uma dada situação (LOPES; MACEDO, 2011).

Nesse contexto, as competências no currículo da Enfermagem são compostas por: a) conhecimentos construídos por meio da interação dos sujeitos e destes com o mundo, na prática social, e conhecimentos advindos de literatura científica que sustentam a prática baseada em

evidências na área da saúde; b) habilidades desenvolvidas mediante saberes procedimentais próprios do exercer da profissão; e c) atitudes aprimoradas nas relações humanas durante o processo de ensino e aprendizagem com professores, profissionais de saúde, gestores, usuários do sistema de saúde e comunidades.

As competências definidas pelos professores no contexto das áreas ou mesmo ao longo do cumprimento das etapas do curso, devem ser revisadas constantemente e incluir a participação dos estudantes em sua conformação, com flexibilidade e compromisso com a incorporação da prática social concreta ao planejamento das aulas.

Cabe ressaltar que na prática docente, a tendência pedagógica adotada pelo professor, em sua didática, influencia diretamente na relação deste com o currículo. Destacamos o compromisso do corpo docente desta faculdade, em romper com o modelo tradicional, descrito na literatura como bancário ou depositário (FREIRE, 2016), que julga transmitir os conhecimentos de forma unilateral, desconsiderando os saberes dos estudantes.

Reafirmamos nosso eixo norteador da educação como prática de liberdade, de autonomia, transformação social e desenvolvimento da ciência. Com foco no avanço da Enfermagem e em suas contribuições para a sociedade, pretendemos com esse currículo favorecer a organização das experiências de aprendizagem a partir da realidade do Sistema Único de Saúde e da garantia de seus princípios, a partir das necessidades de saúde e bem-estar das populações e do fortalecimento da profissão.

A participação de todos no processo educativo é fator crucial para o fortalecimento deste, entendendo que “a escola não é um edifício, a escola são as pessoas” (PACHECO, 2021).

As atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso permeiam toda a formação do Enfermeiro e oportunizam ações de forma integrada e interdisciplinar. Para tanto é estimulada a implementação de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem que instrumentalizam o estudante a refletir sobre a realidade social no contexto da integralidade da atenção, da humanização da assistência, da construção da interdisciplinaridade, do trabalho em equipe e do enfrentamento às iniquidades.

A orientação que permeia esse processo é fundamentada nos princípios de aprendizagem ativa, que recomendam a organização do processo de ensino aprendizagem por

problemas ou casos a serem resolvidos, propondo atividades com graus diversos de complexidade conforme o nível de formação do acadêmico e desafios diversos que incitem a mobilização e desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) propostas nas DCN para a formação do graduando de Enfermagem.

5 - Perfil do egresso

Espera-se que o enfermeiro generalista atue com ética e liderança, exercendo a Enfermagem de forma crítica e reflexiva na assistência, gestão, ensino, pesquisa e participação social. Sua atuação deve ser fundamentada na qualidade e na integralidade do cuidado ao indivíduo, família e comunidade, na promoção da equidade, na interprofissionalidade, no conhecimento científico e nos preceitos teórico-metodológicos da profissão.

6 - Estrutura curricular

6.1 - Introdução

Nesta seção, é apresentada a matriz curricular distribuída em 10 semestres, contendo as disciplinas obrigatórias e optativas. Devido as particularidades do curso, relacionadas a atuação dos professores e estudantes na assistência direta a usuários em serviços de saúde, todas as disciplinas de núcleo específico (obrigatórias e optativas) deverão prever a possibilidade em suas ofertas da carga horária docente ultrapassar a carga horária total do componente curricular. Haja vista a necessidade de mesmo em disciplinas teóricas, a turma ser dividida em grupos com mais de um docente por grupo atuando.

6.2 - Matriz curricular

ENFERMAGEM | Goiânia | Presencial - 2025/1 | Matutino/Vespertino

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
1 Período											
001	ANATOMIA HUMANA SISTÊMICA E SEGMENTAR	ICB	32	64	0	0	0	96		Comum	Obrigatória
002	HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA GERAL A	ICB	32	64	0	0	0	96		Comum	Obrigatória
003	INTRODUÇÃO À ENFERMAGEM	FEN	32	32	0	0	0	64		Específico	Obrigatória
004	INTRODUÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA	FEN	32	0	0	0	0	32		Específico	Obrigatória
005	INTRODUÇÃO AO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	FEN	16	32	0	0	0	48		Específico	Obrigatória
006	MÓDULO DE INTEGRAÇÃO I	FEN	16	0	0	0	0	16		Específico	Obrigatória
007	SAÚDE COLETIVA	FEN	48	16	0	0	0	64		Específico	Obrigatória
2 Período											
008	BIOQUÍMICA A	ICB	64	0	0	0	0	64		Comum	Obrigatória

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
009	GENÉTICA A	ICB	64	0	0	0	0	64		Comum	Obrigatória
010	MÓDULO DE INTEGRAÇÃO II	FEN	16	0	0	0	0	16		Específico	Obrigatória
011	NUTRIÇÃO	FANUT	32	0	0	0	0	32		Específico	Obrigatória
012	PARASITOLOGIA	IPTSP	32	32	0	0	0	64		Comum	Obrigatória
013	PROMOÇÃO DA SAÚDE	FEN	32	32	0	0	0	64		Específico	Obrigatória
014	RISCO BIOLÓGICO	FEN	32	0	0	0	0	32		Específico	Obrigatória
015	SOCIOLOGIA E SAÚDE	FCS	32	0	0	0	0	32		Comum	Obrigatória
3 Período											
016	BASES PARA O CUIDADO EM ENFERMAGEM I	FEN	32	64	0	0	0	96	PR: 001 E 003 E 014	Específico	Obrigatória
017	ENFERMAGEM EM CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO	FEN	32	32	0	0	0	64	PR: 014 CO: 020	Específico	Obrigatória
018	FISIOLOGIA HUMANA B	ICB	80	16	0	0	0	96	CO: 001	Comum	Obrigatória
019	IMUNOLOGIA	IPTSP	32	32	0	0	0	64	CO: 008	Comum	Obrigatória
020	MICROBIOLOGIA	IPTSP	48	32	0	0	0	80		Comum	Obrigatória
4 Período											

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
021	BASES PARA O CUIDADO EM ENFERMAGEM II	FEN	32	80	0	0	0	112	PR: 016 E 018	Específico	Obrigatória
022	EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA	FEN	64	16	0	0	0	80		Específico	Obrigatória
023	FARMACOLOGIA BÁSICA	ICB	48	0	0	0	0	48	PR: 008 E 018	Comum	Obrigatória
024	MÓDULO DE INTEGRAÇÃO III	FEN	16	0	0	0	0	16		Específico	Obrigatória
025	PATOLOGIA GERAL	IPTSP	32	32	0	0	0	64	PR: 018 CO: 019	Comum	Obrigatória
026	SAÚDE MENTAL	FEN	32	0	0	0	0	32		Específico	Obrigatória
5 Período											
027	ENFERMAGEM CLÍNICA	FEN	32	64	0	0	0	96	PR: 021 CO: 025	Específico	Obrigatória
028	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	FEN	32	64	0	0	0	96	CO: 026	Específico	Obrigatória
029	ENFERMAGEM NO CUIDADO A PESSOAS COM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	FEN	32	64	0	0	0	96	PR: 021 E 020 CO: 012	Específico	Obrigatória

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
030	ÉTICA, BIOÉTICA E LEGISLAÇÃO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM	FEN	48	0	0	0	0	48		Específico	Obrigatória
031	FARMACOLOGIA APLICADA A ENFERMAGEM	ICB	64	0	0	0	0	64	PR: 023	Comum	Obrigatória
032	SAÚDE DIGITAL	INF	16	16	0	0	0	32		Comum	Obrigatória
033	SEGURANÇA DO PACIENTE	FEN	32	0	0	0	0	32		Específico	Obrigatória
6 Período											
034	ENFERMAGEM CIRÚRGICA	FEN	32	64	0	0	0	96	PR: 017	Específico	Obrigatória
035	ENFERMAGEM EM SAÚDE DA MULHER	FEN	32	64	0	0	0	96	PR: 027	Específico	Obrigatória
036	ENFERMAGEM EM URGÊNCIAS E CUIDADO AO PACIENTE CRÍTICO	FEN	32	64	0	0	0	96	PR: 027 E 031	Específico	Obrigatória
037	MÓDULO DE INTEGRAÇÃO IV	FEN	16	0	0	0	0	16		Específico	Obrigatória
038	PSICOLOGIA E SAÚDE	FE	48	0	0	0	0	48		Comum	Obrigatória
039	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	FEN	16	0	0	0	0	16	PR: 004	Específico	Obrigatória

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	FEN	32	32	0	0	0	64		Específico	Obrigatória
7 Período											
041	ANTROPOLOGIA DA SAÚDE	FCS	32	0	0	0	0	32		Comum	Obrigatória
042	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	FEN	32	64	0	0	0	96	PR: 027 E 040 E 013	Específico	Obrigatória
043	ENFERMAGEM EM SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	FEN	32	64	0	0	0	96	PR: 027	Específico	Obrigatória
044	GESTÃO EM SAÚDE E ENFERMAGEM	FEN	32	64	0	0	0	96	PR: 026 E 021	Específico	Obrigatória
045	PROCESSO DE ENFERMAGEM AVANÇADO	FEN	32	0	0	0	0	32	PR: 021	Específico	Obrigatória
8 Período											
046	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	FEN	16	176	0	0	0	192	PR: 044 PRCH: 3968h de NC + NE-Obr + NE-Opt	Específico	Obrigatória
047	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO NA SAÚDE COLETIVA	FEN	16	176	0	0	0	192	PR: 044 E 042 PRCH: 3968h de NC + NE-Obr + NE-Opt	Específico	Obrigatória
048	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	FEN	32	0	0	0	0	32	PR: 039	Específico	Obrigatória

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
9 Período											
049	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	FEN	16	224	0	0	0	240	PR: 044 E 042 E 043 E 035 PRCH: 3968h de NC + NE-Obr + NE-Opt	Específico	Obrigatória
050	ESTÁGIO SUPERVISIONADO INTERPROFISSIONAL EM SAÚDE	FEN	16	160	0	0	0	176	PR: 044 E 042 E 043 E 035 PRCH: 3968h de NC + NE-Obr + NE-Opt	Específico	Obrigatória
10 Período											
051	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	FEN	16	400	0	0	0	416	PR: 044 PRCH: 3968h de NC + NE-Obr + NE-Opt	Específico	Obrigatória
Optativas											
052	BIOFÍSICA A	ICB	32	0	0	0	0	32		Específico	Optativa
053	ENFERMAGEM NA ATENÇÃO À PESSOA IDOSA	FEN	32	16	0	0	0	48		Específico	Optativa
054	ENFERMAGEM NA ATENÇÃO ONCOLÓGICA	FEN	32	0	0	0	0	32		Específico	Optativa
055	INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	FL	0	64	0	0	0	64		Específico	Optativa

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
056	PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM SAÚDE	FEN	32	0	0	0	0	32		Específico	Optativa
057	PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA EM SAÚDE	FEN	32	0	0	0	0	32		Específico	Optativa
058	PROCESSO DE DOAÇÃO, CAPTAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS	FEN	32	0	0	0	0	32		Específico	Optativa
059	SAÚDE DO TRABALHADOR	FEN	32	0	0	0	0	32		Específico	Optativa
060	SAÚDE DOS POVOS ORIGINÁRIOS	FEN	32	0	0	0	0	32		Específico	Optativa
061	TÓPICOS ESPECIAIS EM ENFERMAGEM I ^{tv}	FEN	32	0	0	0	0	32		Específico	Optativa
062	TÓPICOS ESPECIAIS EM ENFERMAGEM II ^{tv}	FEN	16	16	0	0	0	32		Específico	Optativa

* Essa carga horária não se soma à carga horária total do componente.

^{tv} Componente com tema variado

Quadro resumo de carga horária

Composição Curricular	Carga horária	Percentual
-----------------------	---------------	------------

Composição Curricular	Carga horária	Percentual
Núcleo Comum (NC)	944	20,23%
Núcleo Específico Obrigatório (NEOb)	3088	66,18%
Núcleo Específico Optativo (NEOp)	64	1,37%
Núcleo Livre (NL)	0	0%
Atividades Curriculares da Extensão (ACEX) - Ação de Extensão	470	10,07%
Atividades Curriculares da Extensão (ACEX) - Componente Curricular	0	0%
Prática como Componente Curricular	0	0%
Atividades Complementares (AC)	100	2,14%
Carga Horária Total (CHT)	4666	100%

Sugestão de fluxo curricular, por período

1º	INTRODUÇÃO À ENFERMAGEM	HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA GERAL A	MÓDULO DE INTEGRAÇÃO I	SAÚDE COLETIVA
	INTRODUÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA	ANATOMIA HUMANA SISTÊMICA E SEGMENTAR	INTRODUÇÃO AO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	ACEx 1
	Optativa 1	Optativa 2	Optativa 3	Optativa 4
	Optativa 5			
2º	RISCO BIOLÓGICO	BIOQUÍMICA A	MÓDULO DE INTEGRAÇÃO II	GENÉTICA A
	PARASITOLOGIA	SOCIOLOGIA E SAÚDE	PROMOÇÃO DA SAÚDE	NUTRIÇÃO
	ACEx 2	Optativa 6	Optativa 7	Optativa 8
	Optativa 9	Optativa 10		

3º	FISIOLOGIA HUMANA B	IMUNOLOGIA	MICROBIOLOGIA	ENFERMAGEM EM CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO
	BASES PARA O CUIDADO EM ENFERMAGEM I	ACEx 3	Optativa 11	Optativa 12
	Optativa 13	Optativa 14	Optativa 15	
4º	EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA	MÓDULO DE INTEGRAÇÃO III	PATOLOGIA GERAL	BASES PARA O CUIDADO EM ENFERMAGEM II
	FARMACOLOGIA BÁSICA	SAÚDE MENTAL	ACEx 4	Optativa 16
	Optativa 17	Optativa 18	Optativa 19	Optativa 20

5º	SAÚDE DIGITAL	ENFERMAGEM NO CUIDADO A PESSOAS COM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	SEGURANÇA DO PACIENTE	ÉTICA, BIOÉTICA E LEGISLAÇÃO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM
	ENFERMAGEM CLÍNICA	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	FARMACOLOGIA APLICADA A ENFERMAGEM	ACEx 5
	Optativa 21	Optativa 22	Optativa 23	Optativa 24
	Optativa 25			

6º	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	ENFERMAGEM EM URGÊNCIAS E CUIDADO AO PACIENTE CRÍTICO	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	ENFERMAGEM CIRÚRGICA
	MÓDULO DE INTEGRAÇÃO IV	PSICOLOGIA E SAÚDE	ENFERMAGEM EM SAÚDE DA MULHER	ACEx 6
	Optativa 26	Optativa 27	Optativa 28	Optativa 29
	Optativa 30			
7º	PROCESSO DE ENFERMAGEM AVANÇADO	ANTROPOLOGIA DA SAÚDE	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	ENFERMAGEM EM SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
	GESTÃO EM SAÚDE E ENFERMAGEM	ACEx 7	Optativa 31	Optativa 32
	Optativa 33	Optativa 34	Optativa 35	

8º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO NA SAÚDE COLETIVA	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	ACEx 8
	Optativa 36	Optativa 37	Optativa 38	Optativa 39
	Optativa 40			
9º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	ESTÁGIO SUPERVISIONADO INTERPROFISSIONAL EM SAÚDE	Optativa 41	Optativa 42
	Optativa 43	Optativa 44	Optativa 45	

10º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	Optativa 46	Optativa 47	Optativa 48
	Optativa 49	Optativa 50		

6.3 - Tabela de equivalência

ENFERMAGEM - Goiânia - Presencial - BACHARELADO - 2025/1 - Integral (Matutino/Vespertino)

Componentes da matriz	Expressões de equivalência - CH
ENFERMAGEM EM SAÚDE DA MULHER - 96h	FEN0123 - ENFERMAGEM GINECOLÓGICA E OBSTÉTRICA I - 96h E FEN0129 - ENFERMAGEM GINECOLÓGICA E OBSTÉTRICA II - 96h
ENFERMAGEM EM SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - 96h	FEN0124 - ENFERMAGEM PEDIÁTRICA E NEONATOLÓGICA I - 96h E FEN0131 - ENFERMAGEM HEBIÁTRICA - 48h E FEN0130 - ENFERMAGEM PEDIÁTRICA E NEONATOLÓGICA II - 96h
ENFERMAGEM EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - 96h	FEN0125 - PRÁTICAS DE ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA - 96h
ÉTICA, BIOÉTICA E LEGISLAÇÃO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM - 48h	FEN0127 - ÉTICA E EXERCÍCIO DA ENFERMAGEM - 48h
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I - 16h	FEN0128 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I - 16h
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - 32h	FEN0134 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - 16h
GESTÃO EM SAÚDE E ENFERMAGEM - 96h	FEN0126 - ADMINISTRAÇÃO EM ENFERMAGEM I - 32h E FEN0132 - ADMINISTRAÇÃO EM ENFERMAGEM II - 80h
PROCESSO DE ENFERMAGEM AVANÇADO - 32h	FEN0133 - FILOSOFIA E ENFERMAGEM - 48h
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - 240h	FEN0135 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM I - 224h
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE - 416h	FEN0136 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM II - 224h E FEN0137 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM III - 208h
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO NA SAÚDE COLETIVA - 192h	FEN0138 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM IV - 224h
INTRODUÇÃO À ENFERMAGEM - 64h	FEN0105 - INTRODUÇÃO À ENFERMAGEM - 80h
SAÚDE COLETIVA - 64h	FEN0104 - SAÚDE COLETIVA - 64h

Componentes da matriz	Expressões de equivalência - CH
INTRODUÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA - 32h	FEN0106 - METODOLOGIA CIENTÍFICA - 48h
PROMOÇÃO DA SAÚDE - 64h	FEN0108 - PROMOÇÃO DA SAÚDE - 64h OU FEN0110 - TECNOLOGIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE - 32h
RISCO BIOLÓGICO - 32h	FEN0109 - RISCO BIOLÓGICO E BIOSSEGURANÇA - 32h
PSICOLOGIA E SAÚDE - 48h	FEE0360 - PSICOLOGIA APLICADA À ENFERMAGEM - 48h
EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA - 80h	FEN0111 - EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA - 80h
BASES PARA O CUIDADO EM ENFERMAGEM I - 96h	FEN0112 - BASES PARA O CUIDAR DO INDIVÍDUO E DA FAMÍLIA I - 112h
BASES PARA O CUIDADO EM ENFERMAGEM II - 112h	FEN0113 - BASES PARA O CUIDAR DO INDIVÍDUO E DA FAMÍLIA II - 144h
ENFERMAGEM EM CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO - 64h	FEN0114 - PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE - 64h
SAÚDE MENTAL - 32h	FEN0118 - SAÚDE MENTAL - 48h
ENFERMAGEM CLÍNICA - 96h	FEN0116 - ENFERMAGEM CLÍNICA - 112h
ENFERMAGEM NO CUIDADO A PESSOAS COM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS - 96h	FEN0117 - ENFERMAGEM EM DOENÇAS INFECCIOSAS - 96h
VIGILÂNCIA EM SAÚDE - 64h	FEN0119 - VIGILÂNCIA À SAÚDE - 80h
ENFERMAGEM EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - 96h	FEN0121 - ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA - 96h
ENFERMAGEM CIRÚRGICA - 96h	FEN0120 - ENFERMAGEM CIRÚRGICA E CENTRO CIRÚRGICO - 96h
ENFERMAGEM EM URGÊNCIAS E CUIDADO AO PACIENTE CRÍTICO - 96h	FEN0122 - ENFERMAGEM EM CUIDADO CRÍTICO - 96h
NUTRIÇÃO - 32h	FAN0091 - NUTRIÇÃO - 48h

ENFERMAGEM - Goiânia - Presencial - BACHARELADO - 2017/1- Integral

Componentes da matriz	Expressões de equivalência - CH
FEN0123 - ENFERMAGEM GINECOLÓGICA E OBSTÉTRICA I - 96h	ENFERMAGEM EM SAÚDE DA MULHER - 96h
FEN0129 - ENFERMAGEM GINECOLÓGICA E OBSTÉTRICA II - 96h	ENFERMAGEM EM SAÚDE DA MULHER - 96h
FEN0124 - ENFERMAGEM PEDIÁTRICA E NEONATOLÓGICA I - 96h	ENFERMAGEM EM SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - 96h
FEN0130 - ENFERMAGEM PEDIÁTRICA E NEONATOLÓGICA II - 96h	ENFERMAGEM EM SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - 96h
FEN0131 - ENFERMAGEM HEBIÁTRICA - 48h	ENFERMAGEM EM SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - 96h
FEN0125 - PRÁTICAS DE ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA - 96h	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - 96h
FEN0127 - ÉTICA E EXERCÍCIO DA ENFERMAGEM - 48h	ÉTICA, BIOÉTICA E LEGISLAÇÃO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM - 48h
FEN0128 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I - 16h	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I - 16h
FEN0134 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - 16h	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - 32h
FEN0126 - ADMINISTRAÇÃO EM ENFERMAGEM I - 32h	GESTÃO EM SAÚDE E ENFERMAGEM - 96h
FEN0132 - ADMINISTRAÇÃO EM ENFERMAGEM II - 80h	GESTÃO EM SAÚDE E ENFERMAGEM - 96h
FEN0133 - FILOSOFIA E ENFERMAGEM - 48h	PROCESSO DE ENFERMAGEM AVANÇADO - 32h
FEN0135 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM I - 224h	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - 240h
FEN0136 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM II - 224h	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE - 416h
FEN0137 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM III - 208h	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE - 416h
FEN0138 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM IV - 224h	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO NA SAÚDE COLETIVA - 192h

Componentes da matriz	Expressões de equivalência - CH
FEN0105 - INTRODUÇÃO À ENFERMAGEM - 80h	INTRODUÇÃO À ENFERMAGEM - 64h
FEN0104 - SAÚDE COLETIVA - 64h	SAÚDE COLETIVA - 64h
FEN0106 - METODOLOGIA CIENTÍFICA - 48h	INTRODUÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA - 32h
FEN0108 - PROMOÇÃO DA SAÚDE - 64h	PROMOÇÃO DA SAÚDE - 64h
FEN0110 - TECNOLOGIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE - 32h	PROMOÇÃO DA SAÚDE - 64h
FEN0109 - RISCO BIOLÓGICO E BIOSSEGURANÇA - 32h	RISCO BIOLÓGICO - 32h
FEE0360 - PSICOLOGIA APLICADA À ENFERMAGEM - 48h	PSICOLOGIA E SAÚDE - 48h
FEN0111 - EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA - 80h	EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA - 80h
FEN0112 - BASES PARA O CUIDAR DO INDIVÍDUO E DA FAMÍLIA I - 112h	BASES PARA O CUIDADO EM ENFERMAGEM I - 96h
FEN0113 - BASES PARA O CUIDAR DO INDIVÍDUO E DA FAMÍLIA II - 144h	BASES PARA O CUIDADO EM ENFERMAGEM II - 112h
FEN0114 - PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE - 64h	ENFERMAGEM EM CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO - 64h
FEN0118 - SAÚDE MENTAL - 48h	SAÚDE MENTAL - 32h
FEN0116 - ENFERMAGEM CLÍNICA - 112h	ENFERMAGEM CLÍNICA - 96h
FEN0117 - ENFERMAGEM EM DOENÇAS INFECCIOSAS - 96h	ENFERMAGEM NO CUIDADO A PESSOAS COM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS - 96h
FEN0119 - VIGILÂNCIA À SAÚDE - 80h	VIGILÂNCIA EM SAÚDE - 64h
FEN0121 - ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA - 96h	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - 96h
FEN0120 - ENFERMAGEM CIRÚRGICA E CENTRO CIRÚRGICO - 96h	ENFERMAGEM CIRÚRGICA - 96h

Componentes da matriz	Expressões de equivalência - CH
FEN0122 - ENFERMAGEM EM CUIDADO CRÍTICO - 96h	ENFERMAGEM EM URGÊNCIAS E CUIDADO AO PACIENTE CRÍTICO - 96h
FAN0091 - NUTRIÇÃO - 48h	NUTRIÇÃO - 32h

6.4 - Ementas e bibliografia básica e complementar

ANATOMIA HUMANA SISTÊMICA E SEGMENTAR

Introdução à Anatomia Humana; Estudo anatômico humano dos sistemas: esquelético, articular, muscular, circulatório, respiratório, digestório, urinário, genital feminino, genital masculino, endócrino, tegumentar, sensorial e nervoso.

Bibliografia básica

1.DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia humana sistêmica e segmentar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006. 2. MACHADO, A. B. M. Neuroanatomia funcional. 2ª Ed. São Paulo: Atheneu. 2006. 3. SOBOTTA, J.: Sobotta - Atlas de Anatomia Humana. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 3v.

Bibliografia complementar

1. MOORE, K. L.; DALLEY, A. F. Anatomia orientada para a clínica. 6ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro □ RJ. 2011. 1136p.
2.TORTORA, G. J. Princípios de Anatomia e Fisiologia. 12ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 3. SCHÜNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U.; VOLL, M.; WESKER, K. PROMETHEUS. Atlas de Anatomia Humana. Anatomia Geral e Aparelho Locomotor, Cabeça e Neuroanatomia, Pescoço e Órgãos Internos. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2006-2007. 3v. 4.NETTER, F. H. Netter, atlas de anatomia humana. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 5.WOLF-HEIDEGGER, G. Atlas de Anatomia Humana. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

ANTROPOLOGIA DA SAÚDE

Cultura, relativismo e etnocentrismo. Conceitos de etnia, raça, gênero, sexualidade, identidade, diversidade, diferença. Debates sobre saúde no campo antropológico. Concepções de saúde em diferentes contextos socioculturais (brasileiros, africanos, indígenas, asiáticos, europeus). Abordagens antropológicas sobre valores, religiosidades, preconceitos, tabus, crenças em suas relações com o campo da saúde.

Bibliografia básica

1. LARAIA, R.B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
2. DAMATTA, R. Relativizando, uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
3. LANGDON, Esther. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura na área de ciências da saúde. In: Revista Latino Americana de Enfermagem 18(3), mai/jun, 2010.

Bibliografia complementar

1. BRAZ, C.; HENNING, C.E. Orgs. 2017. Gênero, Sexualidade e Saúde. Diálogos latino-americanos. Coleção Diferenças. Editora da Imprensa Universitária da UFG: Goiânia.
2. COSTA, Jurandir Freire. 1979. Ordem Médica, norma familiar. Rio de Janeiro, Graal.
3. HARAWAY, Donna. 2009. Manifesto Ciborgue. São Paulo: Autêntica.
4. LANGDON, Esther; FOLLE, R, M.; MALUF, Sonia. 2012. Um balanço da antropologia da saúde no Brasil e seus diálogos com as antropologias mundiais. Anuário Antropológico. Vol.1: 51-89.
5. MONTEIRO, Paula. 1985. Da Doença à Desordem: a magia na Umbanda, Rio de Janeiro: Graal.

BASES PARA O CUIDADO EM ENFERMAGEM I

Assistência de enfermagem ao indivíduo e família. Teoria das Necessidades Humanas Básicas, Teoria do Déficit do Autocuidado, Modelo Calgary de avaliação e intervenção em famílias e outras teorias gerais de enfermagem. Instrumentos de enfermagem. Introdução às bases teórico metodológicas de suas etapas operacionais do processo de enfermagem. Sistema de linguagens padronizadas de diagnósticos de enfermagem. Intervenções básicas de enfermagem.

Bibliografia básica

1. TILKIAN, Ara G; CONOVER, Mary Boudreau. Entendendo os sons e sopros cardíacos: com uma introdução aos sons pulmonares. 4. ed. - São Paulo: Roca, 2004.. xxviii, 415 p., il. + 1 CD-ROM. Inclui bibliografia e índice. ISBN 8572414843 (enc.).
3. FISCHBACH, Frances Talaska. Manual de enfermagem: exames laboratoriais e diagnóstico. 8. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.. xii, 504 p., il. ISBN 9788527715966.
3. WRIGHT, Lorraine M; LEAHEY, Maureen. Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção na família. 3. ed. - Rio de Janeiro: Roca, 2002.. xii, 327 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 8572413464 (broch.).
4. NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificação - 2009-2011. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010. 456 p., ISBN 9788536321042.
5. PORTO, Celmo Celso. Exame clínico: bases para a prática médica. Arnaldo Lemos Porto. 6. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. xxxiv, 508 p., il. Inclui bibliografia e índice: p.[455]-508. ISBN 9788527713825 (broch.).
6. BICKLEY, Lynn S; SZILAGYI, Peter G. Bates: propedêutica médica. 8. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2005.. xxii, 938 p., il. col. Inclui bibliografia e índice. ISBN 8527709260.

Bibliografia complementar

1. PIRES, M. R. G. M. Politicidade do cuidado como referência emancipatória para a enfermagem: conhecer para cuidar melhor, cuidar para confrontar, cuidar para emancipar. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 13, n. Rev. Latino-Am. Enfermagem, 2005 13(5), set. 2005.

2. DICIONÁRIO de administração de medicamentos na enfermagem: AME 2009-2010. São Paulo: EPUB, [2010]. xlix, 710 p., il. Inclui índice. ISBN 9788587098693.
3. BATISTA, P. S. S.; COSTA, S. F. G. Ética no cuidar em Enfermagem. João Pessoa. Idéia, 2002. (não encontrado).
4. FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida de; PEREIRA, Adriana Lemos. Ensinando a cuidar em saúde pública. São Caetano do Sul: YENDIS, 2005.. xvi, 528 p., il. -. (Práticas de enfermagem). Inclui bibliografia. ISBN 8598859060 (broch.).
5. JARVIS, P. Exame Físico e Avaliação de Saúde para Enfermagem, 6 ed, 2012.
6. POTTER, Patricia Ann. Fundamentos de enfermagem. Paulette M. Archer. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. xxviii, 1391 p., il., retrs., graf., tabs. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788535261530 (enc.).

BASES PARA O CUIDADO EM ENFERMAGEM II

Assistência de enfermagem ao indivíduo e família. Modelo de Adaptação de Roy. Padrões Funcionais de Gordon. Teorias de enfermagem de médio alcance e teorias da prática. Processo de enfermagem. Sistema de linguagens padronizadas de intervenções e resultados de enfermagem. Intervenções especializadas em enfermagem.

Bibliografia básica

1. DOENGES, M. E.; MOORHOUSE, M.F.; GEISLER, A. C. Planos de cuidado de Enfermagem. Orientações para o cuidado individualizado do paciente. Trad. Isabel Cristina Fonseca da Cruz, Ivone Evangelista Cabral e Márcia Tereza Luz Lisboa. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
2. DIAGNÓSTICOS de enfermagem da NANDA definições e classificação, 2021-2023 Porto Alegre: ARTMED, 2021.
3. OLDENZWAIG, Nelma Rodrigues Soares Choiet Administração de medicamentos na Enfermagem. 9a ed., rev. e atual. (2010). – Rio.
4. JOHNSON, Marion; MOORHEAD, Sue Classificação dos resultados de enfermagem (NOC) 4a ed. - Porto Alegre: ARTMED, 2021.
5. BULECHEK, Gloria M. Classificação das intervenções de enfermagem (NIC) 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.
6. BERGAMASCO EC, MURAKAMI BM, LOPES CT, SANTOS ER. Habilidades clínicas em enfermagem. Elsevier, 2020.
7. BARROS, ALBL. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no

adulto. Editora Artmed, 4a edição, 2020.

8. Swearingen PL, Howard CA. Atlas fotográfico de procedimentos de enfermagem 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Bibliografia complementar

1. DOENGES, ME. Diagnósticos de enfermagem: Intervenções, prioridades e fundamentos. 12a edição, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

2. GIOVANINI AMM. Enfermagem, cálculo e administração de medicamentos 14ª ed. São Paulo: Rideel, 2012.

3. BARROS ALBL, LOPES JL, MORAIS SCR. Procedimentos de Enfermagem para a prática clínica. Editora Artmed, 2019.

4. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Brasília: Anvisa, 2017.

5. BRASIL. Ministério da Saúde/ ANVISA. Protocolo de Segurança na Prescrição, uso e Administração de Medicamentos. 2013. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/seguranca-na-prescricao-uso-e-administracao-de-medicamentos>. Acessado em: 10 de setembro de 2018.

6. LEMOS CS et al. Práticas integrativas e complementares em saúde no tratamento de feridas crônicas: revisão integrativa da literatura. Aquichan. 2018; 18(3): 327-42. Disponível em: http://www.scielo.org/co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-59972018000300327&lng=pt&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.5294/aqui.2018.18.3.7>

7. Protocolo de enfermagem na atenção primária à saúde no estado de Goiás/Organização.

8. SANTOS PRA, ROCHA FLRS, CAMILA SJC. Ações para segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos em unidades de pronto atendimento. Revista Gaúcha de Enfermagem [online]. 2019, v. 40, n. spe [Acessado 7 Outubro 2022], e20180347. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2019.20180347>>.

BIOFÍSICA A

Métodos biofísicos utilizados no estudo de soluções; Transporte através de membranas, bioeletricidade. Física dos radionuclídeos, física dos raios-x, radiobiologia e radioproteção. Biofísica da dinâmica de fluidos. Biofísica de Sistemas.

Bibliografia básica

1. Duran. Biofísica - Fundamentos e Aplicações. 2ª. Pearson. 2011.

2. Garcia. Biofísica. 2ª. Sarvier. 2015.

3. Heneine. Biofísica. 2ª. Atheneu. 2010.

Bibliografia complementar

1. Mourão Júnior. Biofísica Essencial. 1ª. Guanabara Koogan. 2012.

2. Okuno, Caldas & Chow. Física Para Ciências Biológicas e Biomédicas. 1ª. Harbra. 1982.
3. Nelson & Cox. Nelson & Cox. Princípios de Bioquímica de Lehninger. 6a. Artmed. 2014.
4. Okuno. Radiação. Efeitos, Riscos e Benefícios. 2ª. Oficina de Textos. 2018.
5. Oliveira & Watcher. Biofísica: Para Ciências Biomédicas. 1ª. EDIPUCRS. 2017.

BIOQUÍMICA A

Água, pH e tampões, biomoléculas: carboidratos, lipídeos, aminoácidos, proteínas, nucleotídeos e ácidos nucleicos; vitaminas e coenzimas. Cinética e regulação enzimática. Noções de metabolismo celular. Compostos ricos em energia. Metabolismo de carboidratos, lipídeos, proteínas e ácidos nucleicos. Transporte de lipídeos (lipoproteínas). Regulação e integração do metabolismo de carboidratos, lipídeos e proteínas.

Bibliografia básica

1. Nelson & Cox. Nelson & Cox. Princípios de Bioquímica de Lehninger. 6a. Artmed. 2014.
2. Campbell & Farrell. Bioquímica. 8a. Cengage. 2015.
3. Salway. Metabolismo passo a passo. 3a. Artmed. 2009.

Bibliografia complementar

1. Voet & Voet. Bioquímica. 4a. Artmed. 2013.
2. Tymoczko, Berg & Stryer. Bioquímica Fundamental. 1a. Guanabara Koogan. 2011.
3. Marzzoco & Torres. Bioquímica Básica. 4a. Guanabara Koogan. 2015.
4. Rodwell, Bender, Botham, Kennelly & Weil. Bioquímica Ilustrada de Harper. 30a. Lange. 2016.
5. Duran. Biofísica - Fundamentos e Aplicações. 2ª. Pearson. 2011.

ENFERMAGEM CIRÚRGICA

Processo de enfermagem aplicado ao adulto e idoso no período perioperatório. Procedimentos especializados, diagnósticos e terapêuticos de enfermagem cirúrgica. Medidas de Segurança do paciente e profissional no âmbito cirúrgico. Organização e funcionamento de unidades cirúrgicas. Infecção relacionada à assistência à saúde por topografia (infecção de sítio cirúrgico).

Bibliografia básica

1. ALEXANDER, Edythe Louise; MEEKER, Margareth Huth; ROTHROCK, Jane C. Cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico. 10. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.. xxiii, 1249 p., il. Bibliografia e índice. ISBN 852770403x (Broch.).
2. BRUNNER, Lillian Sholtis; SUDDARTH, Doris Smith; SMELTZER, Suzanne C. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 12. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.. 2 v., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788527718394 (enc.).
3. POSSARI, João Francisco. Centro cirúrgico: planejamento, organização e gestão. 2. ed. - São Paulo: Iátria, 2006.. 308 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 8576140272 (Broch.).

Bibliografia complementar

1. SILVA, Maria d'Apparecida Andrade et al. Enfermagem na unidade de centro cirúrgico. 2. ed. rev. e ampl. - São Paulo: E.P.U., c1997.. 249 p., il. ISBN 8512125705 (broch.).
2. POTTER, Patricia A; PERRY, Anne G. Fundamentos de enfermagem. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.. 2 v., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 8535216774 (broch.).
3. ZABLUK, Helena Pontremoli. Paciente cirúrgico: técnicas e procedimentos básicos de assistência integral. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.. 156 p., il., 22 cm. Bibliografia: p. 153-156.
4. BARRETO, Regiane Aparecida dos Santos Soares. A segurança do paciente no transoperatório: incidentes críticos relacionados às infecções no sítio cirúrgico. 2012. 132 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, PRPPG, 2012.
5. CUNHA, Cláudia Clenne Barcelos. Dimensionamento do pessoal de enfermagem da clínica cirúrgica de um hospital universitário da região Centro-Oeste h[manuscrito]. 2011. 96f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Enfermagem.

ENFERMAGEM CLÍNICA

Planejamento e implementação do processo de enfermagem no atendimento ao adulto e idoso hospitalizado e família. Organização e funcionamento de unidade de clínica geral. Atribuições do enfermeiro na unidade clínica de hospitalização. Biossegurança e segurança do paciente na prática clínica da enfermagem. Plano de alta. Referência e contrarreferência.

Bibliografia básica

1. BARROS, Alba Lucia Botura Leite de Anamnese e exame físico. Avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto 4.ed. Porto Alegre: ARTMED, 2021. 496 p, il., retrs., graf., tabs. Inclui bibliografia e índice. ISBN 978-6558820277 (Broch.).
2. BATES, Lynn S. Bickley - Propedêutica Médica. 4. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2022. 1064 p ISBN 978-8527738460 (Broch.).
3. BICKLEY, Lynn S. Bates, propedêutica medica essencial. Avaliação clínica/anamnese/exame clínico 6. ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. 432 p., il. Inclui índice ISBN 978-8527734196 (Broch.).
4. BUTCHER, Howard K.. Classificação das intervenções de enfermagem (NIC) 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020. 440 p. Inclui bibliografia e índice ISBN 978-8595151291 (broch.).

Bibliografia complementar

1. ERDMAN, T. H.; KAMITSURU, S.; LOPES, C. T. (org.). Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação - 2021-2023. Porto Alegre: Artmed, 2021.
2. JOHNSON, Marion Ligações entre NANDA, NOC e NIC diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem 5.ed. Porto Alegre: ARTMED, 2016. 448 p., 25 cm. Inclui índice. ISBN 8536317698 (broch.).

3. JOHNSON, Marion; MOORHEAD, Sue Classificação dos resultados de enfermagem (NOC) 6. ed. - Porto Alegre: ARTMED, 2020. xxvii, 608 p. ISBN 97885951573855 (Broch.).
4. PORTO, Celmo Celso (Ed.); PORTO, Arnaldo Lemos Exame clínico Porto & Porto 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. xxi, 961 p., il. (algumas col.). Inclui bibliografia e índice. 9788527730556 (broch.).
5. SUDDARTH, Doris Smith; SMELTZER, Suzanne C; BRUNNER, Lillian Sholtis Tratado de enfermagem médico-cirúrgica 14. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. 2 v., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN-13 : 978-8527736688.

ENFERMAGEM EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Cuidado integral e seguro a pessoas, famílias e comunidade no âmbito das políticas de saúde e das linhas de cuidado na Atenção Primária à Saúde (APS). Sistematização da assistência de enfermagem e atribuições do enfermeiro na APS. Organização, planejamento, gestão, desenvolvimento e avaliação de ações de saúde no contexto das Redes de Atenção à Saúde.

Bibliografia básica

1. BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE; DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. Manual do Instrumento de Avaliação da Atenção Primária à Saúde: PCATool-Brasil 2020. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 237 p.
2. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil. 2020.
3. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. DEPARTAMENTO DE DOENÇAS DE CONDIÇÕES CRÔNICAS E INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS. Linha de cuidado da tuberculose: orientações para gestores e profissionais de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021.

Bibliografia complementar

1. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. DEPARTAMENTO DE DOENÇAS DE CONDIÇÕES CRÔNICAS E INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS. Assistência do Enfermeiro à Pessoa com Tuberculose na Atenção Primária/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – 1. edBrasília : Ministério da Saúde, 2021.
2. MENDES, E. V.. A construção social da Atenção Primária à Saúde. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, 2015.
3. BRASIL. Guia de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. 5ª. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

ENFERMAGEM EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

História da Loucura e reforma psiquiátrica. Dimensões da clínica de atenção psicossocial. Políticas de saúde mental, álcool e outras drogas. Organização e funcionamento da rede de atenção psicossocial no contexto de atenção do SUS. Assistência às pessoas com sofrimento

mental, transtorno mental e ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, redução de danos, reabilitação e reinserção social. Processo de Enfermagem em saúde mental.

Bibliografia básica

1. CHENIAUX JUNIOR, E. Manual de psicopatologia. 5. ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
2. FERNÁNDEZ ESPINOSA, A.M. Psiquiatria. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, c2002.
3. MELLO, I.M. Enfermagem psiquiátrica e de saúde mental na prática. São Paulo: Atheneu, 2008.
4. STUART, G.W.; LARAIA, M.T. Enfermagem psiquiátrica. 4. ed. - Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Ed., 2002.
5. TOWNSEND, M.C. Enfermagem psiquiátrica: conceitos e cuidados. 3. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

Bibliografia complementar

1. AMARANTE, P (Coord.) Loucos pela vida: A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil.002. Ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.588 de 21 de dezembro de 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html
3. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.002. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. MAYNART, W. H. da C, et al. A escuta qualificada e o acolhimento na atenção psicossocial. Acta Paul Enferm. 2014; v.27, n.4, p. 300-304. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/apv/v27n4/1982-0194-ape-027-0040300.pdf>
5. SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A.; RUIZ, P. Compêndio de Psiquiatria. [Minha Biblioteca]. Porto Alegre: Artmed, 2017.
6. SCHATZBERG, A; DEBATTISTA, C. Manual de psicofarmacologia clinica. 008. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
7. STAHL, S M. Psicofarmacologia: bases neurocientíficas e aplicações práticas.004. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
8. STEFANELLI, M C (Org.); Fukuda, I M K (Org.); Arantes, E C (Org.) Enfermagem Psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. Barueri: Manole, 2008.
9. TAVARES, M.L.D.O. Saúde mental e cuidado de enfermagem em psiquiatria. [Minha Biblioteca]. Porto Alegre: SAGAH, 2019.
10. VIDEBECK, S L. Enfermagem em saúde mental e psiquiatria.005. Ed. Porto Alegre:

Artmed, 2012.

ENFERMAGEM EM CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO

Equipe de enfermagem em Centro de Material e Esterilização, gestão e logística do processo de trabalho. Processamento de produtos para a saúde: estrutura física, recursos materiais, métodos, fluxos, etapas operacionais, indicadores de qualidade, riscos ocupacionais envolvidos e medidas de biossegurança individual e coletiva.

Bibliografia básica

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada nº 222, de 28 de março de 2018. Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Diário Oficial da União Nº 61, Seção 1, Pag. 228. Brasília, DF, 28 mar. 2018.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada nº 701, de 13 de maio de 2022. Dispõe sobre a indicação de uso dos produtos saneantes na categoria "Esterilizante", para aplicação sob a forma de imersão, a indicação de uso de produtos saneantes atualmente categorizados como "Desinfetante Hospitalar para Artigos Semicríticos. Diário Oficial da União Nº 93, Seção 1, Págs. 196 a 197. Brasília, DF, 13 de maio de 2022. de 13 de maio de 2022.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 15, de 19 de março de 2012. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Brasília, 2012. Diário Oficial da União Nº 54, Nº 54, Seção 1, Pág. 43. Brasília, DF, 19 de março de 2012.

Bibliografia complementar

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN 424, de 19 de abril de 2012. Normatiza as atribuições de enfermagem e esterilização e empresas processadoras de produtos para saúde. Diário Oficial da União Nº 78, de 23 de abril de 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENFERMEIROS DE CENTRO CIRÚRGICO, RECUPERAÇÃO ANESTÉSICA E CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO-SOBECC. Diretrizes práticas em enfermagem cirúrgica e processamento de produtos para saúde. 8.ed. São Paulo: SOBECC, 2021.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada nº 222, de 28 de março de 2018. Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Brasília, 2018.

ENFERMAGEM EM SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Políticas de saúde, indicadores epidemiológicos e determinantes étnico- raciais de saúde em crianças e adolescentes. Assistência de enfermagem aplicada ao recém- nascido, criança e adolescente na rede de atenção à saúde. Cuidado seguro centrado na criança, no adolescente e na família. Promoção do crescimento e desenvolvimento integral. Neurodiversidade. Prevenção de acidentes e situações de violência.

Bibliografia básica

HOCKENBERRY, M. J.; WILSON, D.; WINKELSTEIN, M. L. Wong – Fundamentos de enfermagem pediátrica. 8ª ed. Trad. Danielle Corbett. Rio de Janeiro: Mosby Elsevier, 49

2011.

BOWDEN, V.R., GREENBERG, C.S. Procedimentos de enfermagem pediátrica. Trad. CLC de Araújo, IE Cabral. 3^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

CLOHERTY, J. P.; EICHENWALD, E. C.; STARK, A. R. Manual de neonatologia. 5 ed. Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia complementar

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança : orientações para implementação. Brasília : Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/07/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-Integral-%C3%A0-Sa%C3%BAde-da-Crian%C3%A7a-PNAISC-Vers%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica.pdf>

Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância. AIDPI Criança: 2 meses a 5 anos. MS. OPAS. 2017. Acesso aberto na internet - BVS - repositório com acesso pela UFG. Link: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_quadros_procedimentos_aidpi_crianca_2meses_5anos.pdf

Manual AIDPI Neonatal Série A. Normas e Manuais Técnicos. MS. OPAS. 2014. Acesso aberto na internet - BVS - repositório com acesso pela UFG. Link: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_AIDPI_neonatal_5ed.pdf

UNICEF. Saúde mental de adolescentes e jovens. Acesso aberto no repositório da UNICEF: <https://www.unicef.org/brazil/media/16126/file/saude-mental-de-adolescentes-e-jovens.pdf>

BARROS, S. et al. Atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes negros e o racismo. Interface (Botucatu). v.26, e210525, 2022. Acesso pelo domínio da UFG em: <https://doi.org/10.1590/interface.210525>.

ENFERMAGEM EM SAÚDE DA MULHER

A enfermagem na assistência à mulher em seus ciclos de vida. Políticas públicas, indicadores epidemiológicos e determinantes étnico-raciais na saúde das mulheres. Cuidado de Enfermagem às mulheres na saúde sexual, reprodutiva, pré-natal, parto e puerpério na rede de atenção à saúde. Climatério. Enfrentamento à violência e racismo contra a mulher. Organização e funcionamento de unidades de saúde com atendimento à mulher.

Bibliografia básica

1. ZUGAIB, Marcelo. Zugaib obstetrícia. 2. ed. - Barueri: Manole, 2012. 1322 p., il. retrs. graf. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788520431856 (enc.).

2. MONTENEGRO, Carlos Antonio Barbosa. Rezende: obstetrícia fundamental. 13. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. ix, 751 p., il. (algumas col.). ISBN 9788527725941 (Enc.).

3. CARVALHO, Marcus Renato de. Amamentação: bases científicas. 3. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 435 p., il. Inclui referências e índice. ISBN 9788527716277.

4. STRIGHT, Barbara R; HARRISON, Lee-Olive. Enfermagem materna e neonatal. 2. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 224 p., il. (Serie de Estudos em enfermagem). Inclui bibliografia e índice. ISBN 8527704714 (broch.).

Bibliografia complementar

1. PITANGUY, Jacqueline; MESQUITA, Ruth; CEPIA - CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO. Gênero, corpo e enfermagem. Rio de Janeiro: CEPIA, 2002. 110 p. -. (Coleção cadernos cepia 5). ISBN 8588222124(broch.).
2. NEME, Bussamara; MARTINS, João A. Prata. Atualização obstétrica. São Paulo: Manole Importacion e Comercio, 1975. nv., il. Inclui bibliografia.
3. WERUTSKY, Natalia Mira de Assumpção. Gravidez parto e aleitamento: recomendações de nutrição e cuidados com o bebê. São Paulo: M.Books do Brasil, 2013.. 205 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 9788576802105.
4. SABATINO JH, DUNN PM, CALDEYRO- BARCIA R (org.). Parto humanizado: formas alternativas. Campinas: Editora UNICAMP, 1992. 263 p., il., graf., tabs. (Saúde da mulher).

ENFERMAGEM EM URGÊNCIAS E CUIDADO AO PACIENTE CRÍTICO

Políticas de saúde em urgências. Processo de enfermagem aplicado à pessoa em situação de urgência e em cuidado ao paciente crítico. Organização e funcionamento de unidades de urgências e cuidado ao paciente crítico. Infecções relacionadas à assistência à saúde por topografia (pneumonia associada à ventilação mecânica, infecção primária de corrente sanguínea e infecção do trato urinário).

Bibliografia básica

1. ATENDIMENTO pré- hospitalar ao traumatizado PHTLS. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 618 p., il. col. Inclui bibliografia, glossário e índice. ISBN 9788535239348 (broch.).
2. BONGARD, Frederic S; SUE, Darry Y. Terapia intensiva: diagnóstico e tratamento. 2. ed. - Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.. 904 p., ISBN 0838514545 (Broch.)
3. EMERGÊNCIAS em clínica médica. Edição de Greg Skinner, Piers Page. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. xviii, 388p., il., 19 cm. ISBN 9788527719278 (broch.).
4. KNOBEL, Elias et al. Terapia intensiva : nutrição. São Paulo: Atheneu, 2005. 294 p., il. (alg. color.). -. Inclui bibliografia e índice. ISBN 857379710X (broch.).

Bibliografia complementar

1. NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS. Pre-Hospital Trauma Life Support Committee.; AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado. 6. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.. 596 p., il. algumas color + 1 CD-ROM. Inclui bibliografia, glossário e índice. ISBN 9788535221459

(broch.).

2. MARTINS, Herlon Saraiva; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Hospital das Clínicas. Emergências clínicas: abordagem prática. 2. ed. ampl. e rev. - Barueri: Manole, 2006.. xx, 992 p., il. Inclui referências bibliográficas e índice. ISBN 9788520426579 (broch.).
3. RIBEIRO JUNIOR, Celio. Manual básico de socorro de emergência. 2. ed. - São Paulo: Atheneu, 2007.. 406 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 9788573799361 (Enc.).
4. BRASIL. Ministério da Saúde; SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (BRASIL). Política nacional de atenção às urgências. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.. 236 p., il. -. (Série E. Legislação de Saúde). ISBN 8533407734 (broch.).
5. SALLUM, Adriana Maluf Elias. Pronto socorro. Coordenação de Claudio Schvartsman. Amélia Gorete Reis, Sylvia Costa Lima Farhat. 3. ed. Barueri: Manole, 2018. xxii, 920, 6 p., il. (algumas col.). (Pediatria. Instituto da Criança. Hospital das Clínicas, 7). Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788520452851.
6. TIMERMAN, Sergio; CASTRO GONZALEZ, Maria Margarita; RAMIRES, Jose Antonio F. Ressuscitação e emergências cardiovasculares: do básico ao avançado. Barueri: Manole, 2007.. xxiii, 760 p. + 1 CD-ROM, il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 852042516x (Enc.).

ENFERMAGEM NA ATENÇÃO À PESSOA IDOSA

Aspectos biopsicossociais, demográficos, epidemiológicos e políticos do envelhecimento humano. Bases teóricas, conceituais e metodológicas do cuidado de enfermagem ao idoso. Respostas humanas às enfermidades, aos processos de vida e intervenções de Enfermagem ao idoso.

Bibliografia básica

1. BRASIL. Portaria nº2528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html
2. Freitas, E.V.; Py, L.; Cançado, F.A.X.; Doll, J.; Gorzoni, M.L. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Guanabara Koogan, 5ª edição, 2022.
3. Roach, Sally. Introdução a enfermagem gerontológica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Bibliografia complementar

11. CAMARANO, A. A. (Org.). Cuidados de Longa Duração para a População Idosa: um novo risco social a ser assumido? Rio de Janeiro: Ipea, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3206>
12. Ceccon RF, Soares KG, Vieira LJE de S, Garcia Júnior CAS, Matos CC de SA, Pascoal MD de HA. Atenção Primária em Saúde no cuidado ao idoso dependente e ao seu cuidador.

Ciênc saúde coletiva [Internet]. 2021Jan;26(1):99– 108. Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.30382020>

13. CLARES JWB, NÓBREGA MML DA, GUEDES MVC, SILVA L DE F DA, FREITAS MC DE. ICNP ® nursing diagnoses, outcomes and interventions for community elderly. Rev Bras Enferm [Internet]. 2019;72:191– 8. Available from: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0540>

19. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Projeções populacionais por idade e sexo para o Brasil até 2100. Textos para discussão Rio de Janeiro : Ipea , 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2698.pdf

22. ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Orientações sobre a avaliação centrada na pessoa e roteiros para a atenção primária. OPAS:2020, 96 p. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51974>

ENFERMAGEM NA ATENÇÃO ONCOLÓGICA

Conceitos, aspectos históricos, epidemiologia e fisiopatologia do câncer. Políticas de saúde para a atenção oncológica. Cuidados de enfermagem a pessoas em tratamento oncológico. Cuidados paliativos a pessoas com câncer.

Bibliografia básica

ARISAWA, Emilia Angela Loschiavo; SILVA, Claudia Maria de Oliveira. Efeitos colaterais da terapia antitumoral em pacientes submetidos a quimio e a radioterapia. Revista Biociências, Taubaté, v. 11, 1/2, p. 55-60, 2005.

BONASSA, Edva Moreno Aguilar. Enfermagem em quimioterapia. São Paulo: Atheneu, 1998.

CALABRESI P, CHABNER BA. Quimioterapia das doenças neoplásicas. In; GOODMAN, Louis Sanford; GILMAN, Alfred; BRUNTON, Laurence L. As bases farmacológicas da terapêutica. 11. ed. - Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2007.

PEREIRA, A. D.; GOIS, B. P.; CAMPOS, J. M. S. ONCOLOGIA: uma visão interdisciplinar. Curitiba: [s.n.], 2021.

Bibliografia complementar

BONASSA, E.M.A.; GATO, M.I.R.; RODRIGUES, L.A. Terapêutica Oncológica Para Enfermeiros e Farmacêuticos. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. Ações de Enfermagem para o controle do câncer: uma proposta de integração ensino-serviço. 2 ed. Rio de Janeiro: INCA, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas em Oncologia. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://conitec.gov.br/images/Protocolos/livro-pcdt-oncologia-2014.pdf>>. Acessado em: 11 de abril de 2023.

OTERGA, E.T.T. Compêndio de Enfermagem em Transplante de Células Tronco Hematopoiéticas. Curitiba: Maio, Ed. 2004.

VIEIRA, S. B. Cateter Totalmente Implantável para quimioterapia. Ed.Lemar & Goi; 1. ed. 2015.

ENFERMAGEM NO CUIDADO A PESSOAS COM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS

Processo de enfermagem na assistência à saúde em pessoas com doenças infecciosas e parasitárias prevalentes, nos diferentes níveis de atenção do SUS. Doenças infecciosas e parasitárias emergentes, reemergentes e negligenciadas. Biossegurança e precauções baseadas na transmissão. Pandemias e endemias. Medidas preventivas e profiláticas das doenças infecciosas.

Bibliografia básica

1. COURA, José Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. 2.ed. ampl. atual. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
2. VERONESI, Ricardo; FOCACCIA, Roberto. Tratado de infectologia. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.
3. TAVARES, Walter; MARINHO, Luiz Alberto Carneiro. Rotinas de diagnóstico e tratamento das doenças infecciosas e parasitárias. 2. ed. ampl. e atual. - São Paulo: Atheneu, 2007.

Bibliografia complementar

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância da leishmaniose tegumentar [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_leishmaniose_tegumentar.pdf
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de condições crônicas e Infecções de Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília. Ministério da saúde. 2020. Disponível em: [file:/// D:/ Downloads/ pcdt_ist_final_revisado_020420%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/pcdt_ist_final_revisado_020420%20(1).pdf)
3. Brasil. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos. Brasília. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais; 2018. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2013/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-manejo-da-infeccao-pelo-hiv-em-adultos>

EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA

Fundamentos e aplicabilidade da epidemiologia na saúde e SUS. Estudos epidemiológicos descritivos e analíticos. Bases para a bioestatística. Estatística descritiva e inferencial.

Bibliografia básica

Referências básicas

1. FLETCHER, R.H.; FLETCHER, S.W.; WAGNER, E.H. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006. 288 p.
2. MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009. 685 p.
3. MORETTIN, P.A.; BUSSAB, W. de O. Estatística básica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 548 p.
4. PAGANO, M. Princípios de bioestatística. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 506 p.
5. PEREIRA, M.G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 596 p.
6. VIEIRA, S. Introdução à bioestatística. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 245 p.

Bibliografia complementar

1. ALMEIDA FILHO, N. de. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 699 p.
2. BENSEÑOR, I.M.; LOTUFO, P.A. Epidemiologia: abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Sarvier, 2011. 385 p.
3. BOLFARINE, H.; SANDOVAL, M.C. Introdução à inferência estatística. 2. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2010. 159 p.
4. BONITA R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTROM, T. Epidemiologia básica. 2. ed. São Paulo: Santos, 2010. 213 p. Disponível em: [https:// apps.who.int/ iris/ bitstream/10665/43541/5/9788572888394_por.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43541/5/9788572888394_por.pdf). Acesso em: 12 abr. 2023.
5. GORDIS, L. Epidemiologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010. 372 p.
6. HULLEY, S.B.; DUNCAN, M.S. Delineando a pesquisa clínica: uma abordagem epidemiológica. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008. 374 p.
7. JEKEL, J.F.; ELMORE, J.G.; KATZ, D.L. Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005. 432 p.
8. MEDRONHO, R.A. Epidemiologia [suplemento]: caderno de exercícios. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009. 125 p.
9. VIEIRA, S. Bioestatística: tópicos avançados. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 216 p.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

Assistência de enfermagem na atenção especializada. Enfermagem na atenção hospitalar. Planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem. Prática baseada em evidências para a tomada de decisão. Educação Permanente em Saúde. Educação em saúde. Letramento em saúde. Trabalho em equipe multiprofissional. Ações de extensão na Atenção especializada.

Bibliografia básica

1. PEREIRA, Raphael Brandão. Análise do registro do processo de enfermagem mediado por tecnologia de informação e estudo de caso. 2014. 123 f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Enfermagem, 2014.
2. POTTER, Patricia Ann. Fundamentos de enfermagem. Paulette M. Archer. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. xxviii, 1391 p., il., retrs., grafs., tabs. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788535261530 (enc.).
3. NETTINA, Sandra M. Prática de enfermagem. 9. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.. xvi, 1859 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788527718172 (enc.).
4. BRUNNER, Lillian Sholtis; SUDDARTH, Doris Smith; SMELTZER, Suzanne C. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 12. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.. 2 v., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788527718394 (enc.).

Bibliografia complementar

1. FERREIRA, Eric Benchimol. Sistematização da assistência de enfermagem: perspectiva para autonomia profissional. 2014. 65 f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Medicina, 2014.
2. SANTOS, Nilde Resplandes dos; CARDOZO, Elizabrth Esperidião; UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Faculdade de Enfermagem. Humanização do cuidado no ambiente hospitalar: percepção de enfermeiros de um hospital universitário. 2007. 162 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Enfermagem, 2007.
3. CIANCIARULLO, Tamara Iwanow. Sistema de assistência de enfermagem: evolução e tendências. 2. ed. - São Paulo: Ícone, 2004.. 303 p., il., 24 cm. Inclui bibliografias. ISBN 8527406543 (Broch.).
4. SCHNEIDER, Daniela da Silva; PEDROSO, Mirna. Sistematização da assistência de enfermagem e influência no cotidiano. Logos (Canoas), Canoas, v. 17, n. 1, p. 11-20, 2006.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Ementa: Enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto do SUS. Estratégia Saúde da Família. Planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem a pessoas, famílias e comunidade na APS. Avaliação e gestão do serviço na APS. Prática baseada em evidências para a tomada de decisão. Educação Permanente em Saúde. Educação em saúde.

Letramento em saúde. Trabalho em equipe multiprofissional. Ações de extensão na Atenção Primária à Saúde.

Bibliografia básica

1. FREITAS, A.C.S.R.V. Forças impulsoras e restritivas para o trabalho em equipe em unidades básicas de saúde da família. 2011, 121 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.
2. LEAHEY, Maureen; WRIGHT, Lorraine M. Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção na família. 4. ed. - Rio de Janeiro: Roca, 2009. 294 p.
3. MATTA, Gustavo Corrêa; LIMA, Júlio César França. Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. 420 p.
4. SANTOS, Álvaro da Silva; MIRANDA, Sônia Maria Rezende Camargo de. A enfermagem na gestão em atenção primária à saúde. Barueri: Manole, 2007.. xxviii, 436 p., il. -. (Enfermagem). Inclui bibliografia e índice. ISBN 8520422942 (broch.).
5. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012.

Bibliografia complementar

1. SAMPAIO, Luís Fernando Rolim; TAKEDA, Silvia; CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (Brasil). Atenção primária e promoção da saúde. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2007. 229 p. (Coleção Progestores - Para entender a gestão do SUS, v.8). ISBN 978-85-89545-16-7: (broch.).
2. MENDES, Eugênio Vilaça. Desafios do SUS. Brasília: CONASS, 2019. 868 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788580710595.
3. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; GUERRERO, André Vinicius Pires; COSSER, Adriana. Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada. 2. ed. - São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2010.. 411 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788560438785 (broch.).
4. LIMA, Samuel do Carmo. Território e promoção da saúde: perspectivas para a atenção primária à saúde. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 181, [1], il. Inclui bibliografia: p. 161-[182]. ISBN 9788546205615 (broch.).

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

Ementa: Gestão na atenção especializada. Gestão da Qualidade. Planejamento e avaliação da assistência à saúde e do serviço de enfermagem. Gestão de pessoas, recursos ambientais, físicos, informacionais, financeiros e materiais. Ferramentas da gestão. Regulação. Ações de extensão na gestão de enfermagem e serviços.

Bibliografia básica

1. KURCGANT, Paulina; TRONCHIN, Daisy Maria Rizatto. Gerenciamento em enfermagem. [S.l.]: Guanabara Koogan, Rio de Janeiro :, 2005. 198 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 8527710293 (broch.).
2. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 7.ed.- São Paulo: Atlas, 2009.. 205 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 8522444498 (broch.).
3. SANTOS, Fausto Pereira dos. A regulação pública da saúde no Estado brasileiro: uma revisão. Interface : comunicação, saúde, educação, Botucatu, v. 10, n. 19, p. 25-42, 2006.
4. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3390_30_12_2013.html
5. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012.

Bibliografia complementar

1. ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não- violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Mário Vilela. São Paulo: Editora Ágora, 2003. 285 p. Inclui bibliografia: p. 269-272. ISBN 9788571838260.
5. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012.
4. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3390_30_12_2013.html

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO NA SAÚDE COLETIVA

Organização do processo de trabalho nas Redes de Atenção à Saúde. Planejamento, apoio à implementação, monitoramento e avaliação das ações de saúde nas Redes de Atenção à Saúde. Sistemas de informação para a gestão na área de saúde coletiva. Gestão de pessoas, recursos ambientais, físicos, financeiros e materiais. Ferramentas da gestão. Regulação. Ações de extensão na gestão em saúde coletiva.

Bibliografia básica

1. FREITAS, A.C.S.R.V. Forças impulsoras e restritivas para o trabalho em equipe em unidades básicas de saúde da família. 2011, 121 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.
2. MATTA, Gustavo Corrêa; LIMA, Júlio César França. Estado, sociedade e formação

profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. 420 p.

3. SANTOS, Álvaro da Silva; MIRANDA, Sônia Maria Rezende Camargo de. A enfermagem na gestão em atenção primária à saúde. Barueri: Manole, 2007.. xxviii, 436 p., il. -. (Enfermagem). Inclui bibliografia e índice. ISBN 8520422942 (broch.).
4. KURCGANT, Paulina; TRONCHIN, Daisy Maria Rizatto. Gerenciamento em enfermagem. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2005. 198 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 8527710293 (broch.).
5. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 7.ed.- São Paulo: Atlas, 2009.. 205 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 8522444498 (broch.).
6. SANTOS, Fausto Pereira dos. A regulação pública da saúde no Estado brasileiro: uma revisão. Interface : comunicacao, saude, educacao, Botucatu, v. 10, n. 19, p. 25-42, 2006.
7. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012.

Bibliografia complementar

1. SAMPAIO, Luís Fernando Rolim; TAKEDA, Silvia; CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (Brasil). Atenção primária e promoção da saúde. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2007.. 229 p. (Coleção Progestores - Para entender a gestão do SUS, v.8). ISBN 978-85-89545-16-7: (broch.).
2. MENDES, Eugenio Vilaça. Desafios do SUS. Brasília: CONASS, 2019. 868 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788580710595.
3. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; GUERRERO, Andre Vinicius Pires; COSSER, Adriana. Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada. 2. ed. - São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2010.. 411 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788560438785 (broch.).
4. LIMA, Samuel do Carmo. Território e promoção da saúde: perspectivas para a atenção primária à saúde. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 181, [1], il. Inclui bibliografia: p. 161-[182]. ISBN 9788546205615 (broch.) .
5. ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não- violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Mário Vilela. São Paulo: Editora Ágora, 2003. 285 p. Inclui bibliografia: p. 269-272. ISBN 9788571838260.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO INTERPROFISSIONAL EM SAÚDE

Desenvolvimento de competências colaborativas. Cuidado integral centrado no usuário, família e comunidade na Atenção Primária à Saúde. Tomada de decisões compartilhadas. Gestão em saúde. Papéis profissionais da equipe de saúde. Comunicação Interprofissional. Dinâmica de equipe. Liderança colaborativa. Resolução de conflitos. Fortalecimento do Sistema Único de

Saúde. Educação Permanente em saúde. Ações de extensão na Atenção primária à saúde.

Bibliografia básica

1. FREITAS, A.C.S.R.V. Forças impulsoras e restritivas para o trabalho em equipe em unidades básicas de saúde da família. 2011, 121 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.
2. LEAHEY, Maureen; WRIGHT, Lorraine M. Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção na família. 4. ed. - Rio de Janeiro: Roca, 2009. 294 p.
3. MATTA, Gustavo Corrêa; LIMA, Júlio César França. Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. 420 p.
4. SANTOS, Álvaro da Silva; MIRANDA, Sônia Maria Rezende Camargo de. A enfermagem na gestão em atenção primária à saúde. Barueri: Manole, 2007.. xxviii, 436 p., il. -. (Enfermagem). Inclui bibliografia e índice. ISBN 8520422942 (broch.).
5. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012.

Bibliografia complementar

1. SAMPAIO, Luís Fernando Rolim; TAKEDA, Silvia; CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (Brasil). Atenção primária e promoção da saúde. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2007.. 229 p. (Coleção Progestores - Para entender a gestão do SUS, v.8). ISBN 978-85-89545-16-7: (broch.).
2. MENDES, Eugenio Vilaça. Desafios do SUS. Brasília: CONASS, 2019. 868 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788580710595.
3. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; GUERRERO, André Vinicius Pires; COSSER, Adriana. Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada. 2. ed. - São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2010. 411 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788560438785 (broch.).
4. LIMA, Samuel do Carmo. Território e promoção da saúde: perspectivas para a atenção primária à saúde. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 181, [1], il. Inclui bibliografia: p. 161-[182]. ISBN 9788546205615 (broch.).

ÉTICA, BIOÉTICA E LEGISLAÇÃO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM

Ética e bioética. Normativas ético-legais do exercício profissional da enfermagem. Escopo de atuação da enfermagem. Participação política do enfermeiro. Diversidade nas equipes de trabalho da enfermagem e saúde. Respeito pela autonomia do paciente. Transparência e honestidade no cuidado e resultados assistenciais. Ética profissional e normativas relacionadas ao universo digital.

Bibliografia básica

1. MALAGUTTI, W. Bioética e enfermagem: controvérsias, desafios e conquistas. Rio de Janeiro: Rubio, 2007. 213 p.
2. MOSER, A.; SOARES, A. M. M. Bioética: do consenso ao bom senso. Petrópolis: Vozes, 2006. 192 p.
3. POTTER, V. R. Bioethics: bridge to the future. Englewood Cliffs, Estados Unidos da América: Prentice-Hall, 1971. 205 p

Bibliografia complementar

1. BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 136 p.
2. BRASIL. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa. 2020. Disponível em: [https:// conselho.saude.gov.br/ images/ comissoes/ conep/ img/ boletins/ Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf](https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf). Acesso em: 12 abr. 2023.
3. BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Resolução Cofen nº 564, de 6 de novembro de 2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília: Diário Oficial da União. 2017. Seção I. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html. Acesso em: 14 abr. 2023.
4. BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Resolução COFEN nº 706/2022. Código de Processo Ético do Sistema Cofen/ Conselhos Regionais de Enfermagem. Prazo prorrogado pela Resolução Cofen nº 714/2022. Brasília: COFEN, 2022. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-706-2022_101498.html. Acesso em: 14 abr. 2023.
5. CAMARGO, M. Fundamentos de ética geral e profissional. 13. ed Petrópolis: Vozes, 2014. 108 p.
6. COSTA, S. I. F. Bioética: ensaios. 2.ed. Brasília: Letras Livres, 2006. 212 p.

FARMACOLOGIA APLICADA A ENFERMAGEM

Farmacologia do Sistema Nervoso Autônomo com ênfase no controle cardiovascular, respiratório e gástrico. Farmacologia do sistema nervoso central com ênfase em drogas ansiolíticas, antidepressivas, antipsicóticas, anticonvulsivantes. Controle farmacológico da hipertensão. Controle farmacológico do diabetes. Controle da dor e inflamação. Noções básicas de antibioticoterapia. Uso abusivo de drogas.

Bibliografia básica

1. Goodman & Gilman □ As bases farmacológicas da terapêutica, 13ª edição, 2018.
2. Golan, David E.; Tashjian Jr., Armen H., Armstrong, Ehrin J. Princípios de Farmacologia: a base fisiopatológica da farmacologia. 3º edição, 2014.
3. Rang & Dale □ Farmacologia □ 8ª edição 2016.

Bibliografia complementar

1. Katzung, Bertram G. & Trevor, Anthony J. Farmacologia básica e clínica. 13ª edição, 2017.
2. Craig & Stitzel □ Farmacologia moderna e suas aplicações terapêuticas, 6ª edição, 2003.
3. SILVA, Penildon, Farmacologia □ 8ª edição 2010.

FARMACOLOGIA BÁSICA

Introdução a Farmacologia. Conceitos Básicos. Vias de administração. Farmacocinética. Farmacodinâmica. Interações Medicamentosas.

Bibliografia básica

1. Goodman & Gilman □ As bases farmacológicas da terapêutica, 13ª edição, 2018.
2. Golan, David E.; Tashjian Jr., Armen H., Armstrong, Ehrin J. Princípios de Farmacologia: a base fisiopatológica da farmacologia. 3º edição, 2014.
3. Rang & Dale □ Farmacologia □ 8ª edição 2016.

Bibliografia complementar

1. Katzung, Bertram G. & Trevor, Anthony J. Farmacologia básica e clínica. 13ª edição, 2017.
2. Strange, PG. Agonist binding, agonist affinity and agonist efficacy at G protein-coupled receptors. Brit. J. Pharmacol. 153: 1353 □ 1362, 2008.
3. Gilchrist A. Modulating G-protein-coupled receptors: from traditional pharmacology to allosterics. Trends Pharmacol. Sci. 28: 431-437, 2007.
4. Galandrin S, Oligny- Longpre G, Bouvier M. The evasive nature of drug efficacy: implications for drug discovery. Trends Pharmacol. Sci. 28: 423-430, 2007.
5. Christopoulos A. Allosteric binding sites on cell-surface receptors: novel targets for drug discovery. Nat. Rev. Drug Discov. 1:198-210, 2002.

FISIOLOGIA HUMANA B

Fisiologia e biofísica da membrana celular, nervo e músculo. Fisiologia do sistema nervoso, sistema cardiovascular, sistema respiratório, sistema renal, sistema digestivo, sistema endócrino, sistema reprodutor masculino e feminino.

Bibliografia básica

1. BERNE; L. Fisiologia. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
2. GUYTON; HALL. Tratado de Fisiologia Médica. 12. d. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
3. AIRES, M. M. Fisiologia. 4. d. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Bibliografia complementar

1. WINMAIER, E. P.; RAFF, H.; STRANG, K. T. VANDER, SHERMAN & LUCIANO □ Fisiologia Humana: Os Mecanismos das Funções Corporais. 9. d. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2006.
2. HANSEN, J.T.; KOEPPEN, B.M. Atlas de Fisiologia Humana de Netter. 3ª. Edição. ARTMED, Porto Alegre, 2003.
3. TORTORA, G.J.; DERRICKSON, B. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 8ª Edição. ARTMED, Porto Alegre, 2012.
4. GANONG, W. F. Fisiologia Médica. 17 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
5. RHOADES, R. & TANNER, G.A. Fisiologia médica. 2ª. Edição. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2005.

GENÉTICA A

Introdução à Genética. Bases citológicas da herança. Padrões de herança: monogênica, poligênica e extranuclear. Extensões da genética mendeliana. Mapeamento cromossômico. Mutação gênica e cromossômica. Estrutura e replicação do DNA. Expressão gênica. Genética de Populações. Aplicações da genética.

Bibliografia básica

1. GRIFFITHS, A.J.F; GELBART, W.M.; MILLER, J.H.; LEWONTIN, R.C. Uma Introdução à Genética. Editora Guanabara koogan, Rio de janeiro, 2009.
2. PIERCE, B.A. Genética: Um Enfoque Conceitual. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2011.
3. BORGES-OSÓRIO, M.R.; ROBINSON, W.M. Genética Humana. Editora Artmed. Porto Alegre, 2001. JORDE, B.L.; CAREY, J.C.; BAMSHAD, M.J; WHITE, R.L. Genética Médica. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2004.

Bibliografia complementar

1. JORDE, B.L.; CAREY, J.C.; BAMSHAD, M.J. Genética Médica. 5ed. Editora Elsevier, 2017.
2. NUSSBAUM, R.L.; McINNES, R.R.; WILLARD, H.F. Genética Médica. 8ed. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2016.
3. STRACHAM, T.; Read, A.P. Genética Molecular Humana. 4ed. Editora Artmed,. Porto Alegre, 2013.

GESTÃO EM SAÚDE E ENFERMAGEM

Competências gerenciais do enfermeiro. Teorias de administração científica aplicadas à enfermagem. Estrutura organizacional, poder, cultura e clima. Gerenciamento em enfermagem. Processo de trabalho em saúde. Modelos de gestão. Planejamento organizacional. Gestão de recursos ambientais, físicos, custos, materiais. Gestão de pessoas em saúde. Qualidade da assistência e dos processos de trabalho. Gestão da Qualidade em Saúde. Liderança. Trabalho em equipe. Processo decisório. Gestão de conflitos. Negociação.

Bibliografia básica

1. KURCGANT, Paulina; TRONCHIN, Daisy Maria Rizatto. Gerenciamento em enfermagem. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2005. 198 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 8527710293 (broch.).
2. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 7.ed.- São Paulo: Atlas, 2009.. 205 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 8522444498 (broch.).
3. MARQUIS, BL.; HUSTON, CJ. Administração e Liderança em Enfermagem: Teoria e Aplicação. 6ª ed. São Paulo: Artmed, 2010. 671 p.
4. SANTOS, Fausto Pereira dos. A regulação pública da saúde no Estado brasileiro: uma revisão. Interface : comunicação, saúde, educação, Botucatu, v. 10, n. 19, p. 25-42, 2006.

5. D'INNOCENZO, M; FELDMAN, LB; FAZENDA, NRR; HELITO, R.A.B; RUTHES RM. Indicadores, Auditorias, Certificações: Ferramentas de Qualidade para Gestão em Saúde. São Paulo: Martinari, 2006.
6. ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não- violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Editora Ágora, 2003. 285 p. ISBN 9788571838260.
7. INTERNATIONAL COUNCIL OF NURSES. Nursing care continuum framework and competencies. Geneva: ICN, 2021. Disponível em: https://www.icn.ch/sites/default/files/inline-files/ICN_Framework_Competencies_2021.pdf. Acesso em: 02 maio 2023.
8. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 573, de 13 de março de 2018. Aprova o Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 mar. 2018. Seção 1, p. 120. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso573.pdf>. Acesso em: 02 maio 2023.

Bibliografia complementar

1. LEONI, M. G. Autoconhecimento do enfermeiro: instrumento nas relações terapêuticas e na gestão/gerência em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
8. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 573, de 13 de março de 2018. Aprova o Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 mar. 2018. Seção 1, p. 120. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso573.pdf>. Acesso em: 02 maio 2023.
4. SANTOS, Fausto Pereira dos. A regulação pública da saúde no Estado brasileiro: uma revisão. Interface : comunicação, saúde, educação, Botucatu, v. 10, n. 19, p. 25-42, 2006.

HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA GERAL A

Primeira semana de desenvolvimento embrionário, Segunda semana de desenvolvimento embrionário, Terceira semana de desenvolvimento embrionário, Quarta a Oitava semana de desenvolvimento embrionário, Da nona semana de desenvolvimento ao nascimento, Placenta e Anexos embrionários, Introdução ao estudo da Histologia, Tecido epitelial, Tecido conjuntivo, Tecido cartilaginoso, Tecido ósseo, Tecido muscular, Tecido nervoso, Sistema cardiovascular, Sistema respiratório, Tubo digestório, Glândulas anexas ao tubo digestório, Sistema reprodutor feminino, Sistema reprodutor masculino.

Bibliografia básica

1. CARNEIRO, José; JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa. Histologia básica. 12. l. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
2. HIATT, James; GARTNER, Leslie P. Atlas colorido de histologia. 6. l. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
3. MOORE, Keith L. Embriologia Básica. 8 ed. Rio de Janeiro: Saunders : Elsevier, 2012.

Bibliografia complementar

1. CORMACK, David H. Fundamentos de histologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

2. GARTNER, Leslie P. Atlas colorido de histologia. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
3. LANGMAN, Jan; SADLER, T. W. Langman. Embriologia Médica. 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2013.
4. LOWE, James S; STEVENS, Alan. Histologia humana. 2. 1. São Paulo: Manole, 2001.
5. MOORE, Keith L. Embriologia clínica. 9 ed. Rio de Janeiro: Saunders : Elsevier, 2013.
6. ZHANG, Shu-Xin. Atlas de histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

IMUNOLOGIA

Imunidade inata e adaptativa, células do sistema imune e órgãos linfóides, antígenos, moléculas que reconhecem antígenos, sistema complemento, imunofisiologia e imunopatologia.

Bibliografia básica

1. MURPHY, Kenneth. Imunobiologia de Janeway. 8. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.
2. Abul K. Abbas, et al. Imunologia Celular e Molecular, Elsevier. Última edição.
3. Thomas Kindt et al. Imunologia de Kuby. Porto Alegre Arts Médicas. Última edição.

Bibliografia complementar

1. A Walter Ferreira. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e auto-imunes. Ed. Guanabara Koogan, 2a ed., 2001.
2. Ivan Roitt et al. Imunologia. Manole, última edição.
3. Daniel P. Stites et al. Imunologia Médica. Guanabara Koogan, última edição.
4. TIZARD, Ian R. Imunologia veterinária: uma introdução. 9. ed., São Paulo: Saunders Elsevier, 2014.
5. HELBERT, Matthew. Imunologia. Rio de Janeiro: Mosby Elsevier, 2007.

INTRODUÇÃO À ENFERMAGEM

Introdução à história da enfermagem e análise crítica da evolução da profissão no Brasil e no mundo. Instrumentos básicos de enfermagem. Iniciação às teorias que fundamentam o escopo da profissão e as práticas de enfermagem de avaliação da saúde, pensamento crítico e raciocínio clínico. Organização contemporânea, desafios e perspectivas para a Enfermagem. Possibilidades de atuação profissional do enfermeiro nos diferentes cenários, mediante tecnologias leves e sensíveis até tecnologias duras mediadas por inteligência artificial.

Bibliografia básica

ATKINSON, L. D.; MURRAY, M. E. Fundamentos de Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

BICKLEY, L. S. B. Propedêutica médica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.
 CIANCIARULLO, T. I. Instrumentos Básicos para o Cuidar. Um desafio para a qualidade da assistência. São Paulo: Atheneu, 2005.
 HORTA, Wanda de Aguiar. Processo de enfermagem. São Paulo: E.P.U., 1979.
 GELAIN, I. Deontologia e Enfermagem. 3.ed. São Paulo: EPU. 2006.

POTTER, P.A.; PERRY, A.G. Fundamentos de Enfermagem. 9.ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

Bibliografia complementar

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marquez. Prontuário do Paciente. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

KAWAMOTO, Emilia Emi; FORTES, Julia Ikeda. Fundamentos de Enfermagem. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

MUSSI, Nair Miyamoto et al. Técnicas Fundamentais de Enfermagem. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

PORTO, Fernando; AMORIM Wellington (org). História da Enfermagem: Identidade, Profissionalização e Símbolos. São Caetano do Sul: Yendis, 2010.

SANTOS, Silvana de Lima Vieira dos (org.) et al. Terminologias clínicas, classificações, ontologias e vocabulários: introdução. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. E- book. ISBN 978-85-495-0445-6. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/20172> . Acesso em: 11 abr. 2023.

INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS por meio do uso de estruturas e funções comunicativas elementares. Concepções sobre a língua de sinais. O surdo e a sociedade.

Bibliografia básica

1. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Curso básico de LIBRAS. Manaus: CD+, 2007. 1 DVD, color. (Educação de surdos, n. 6).

2. GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

3. SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

Bibliografia complementar

1. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004

2. FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

3. PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de LIBRAS 1 □ Iniciante. 3 ed. rev. e atualizada. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008.

3. SACKS, Oliver. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Motta. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1999.

4. THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Coautor). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2005. 232 p. Inclui bibliografia. ISBN 8575780794 (Broch.).

INTRODUÇÃO AO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Suporte básico de vida. Atendimento pré-hospitalar. Primeiros socorros em urgências clínicas, traumas, afogamentos, queimaduras, catástrofes, acidentes domésticos e por animais peçonhentos.

Bibliografia básica

1. ATENDIMENTO pré-hospitalar ao traumatizado PHTLS. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 618 p., il. col. Inclui bibliografia, glossário e índice. ISBN 9788535239348 (broch.).
2. MARTINS, Herlon Saraiva; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Hospital das Clínicas. Emergências clínicas: abordagem prática. 3. ed. ampl. e rev. - Barueri: Manole, 2007. xx, 1052 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788520426579 (broch.).
3. RIBEIRO JUNIOR, Celio. Manual básico de socorro de emergência. 2. ed. - São Paulo: Atheneu, 2007.. 406 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 9788573799361 (Enc.).

Bibliografia complementar

1. AHA. Adult Basic Life Support. 2020 International Consensus on Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care Science With Treatment.
2. BRASIL. Ministério da Saúde; SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (BRASIL). Política nacional de atenção às urgências. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.. 236 p., il. -. (Série E. Legislação de Saúde). ISBN 8533407734 (broch.).
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 56 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)
4. BUENO, Marco Aurelio Scarpinella... [et al.]. Condutas em emergência: unidade de primeiro atendimento (UPA): hospital israelita Albert Einstein. São Paulo: Atheneu, 2009.. 2 v. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788538800323 (Broch.).
5. HAFEN, Brent Q. Guia de primeiros socorros para estudantes. 7. ed. - São Paulo: Manole, 2002.. xvii, 518 p., il. color. Inclui índice. ISBN 8520413196.
PRIMEIROS socorros. 2. ed. - São Paulo: Atheneu, 2007.. xxiv, 608 p., il. Inclui índice. ISBN 9788574540948 (broch.).

INTRODUÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA

Conhecimento e ciência na enfermagem e saúde. A construção do conhecimento científico. Busca na literatura científica e análise crítica. Etapas de um projeto de pesquisa. Integridade acadêmica.

Bibliografia básica

1. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 354p. Inclui bibliografia e índice: p. 331-354. ISBN 9788597026566.
2. POPPER, Karl R. A lógica da pesquisa científica. 16. ed São Paulo: Cultrix, 2012. 567 p., il. Contém dados biográficos. ISBN 9788531602368 (broch.).

3. RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 39. ed. - Petrópolis: Vozes, 2011. 144 p. Inclui apêndice. ISBN 9788532600271.
4. SORDI, José Osvaldo de. Elaboração de pesquisa científica: científica, leitura e redação. São Paulo: Saraiva, 2014. 139 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788502210325.

Bibliografia complementar

1. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed São Paulo: Atlas, 2017. 184 p. Bibliografia. ISBN 9788597012613.
2. MARTINS, Rosana Maria; CAMPOS, Valéria Cristina; SANTO JUNIOR, Clóvis dos. Guia prático para pesquisa científica. 2. ed. rev. e ampl. - Rondonópolis: Unir, 2004. 108 p., il.; Inclui bibliografia.
3. OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Recife: Bagaço, 2005. 191 p. Inclui bibliografia. ISBN 8574099546 (broch.).
4. VIEIRA, Sonia. Metodologia científica para a área de saúde. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 138 p. Inclui bibliografia.

MICROBIOLOGIA

Estudo da morfologia, citologia e fisiologia dos microrganismos. Relação entre microrganismos e infecções humanas. Microbiota humana e nosocomial. Coleta, conservação e transporte de materiais.

Bibliografia básica

- JAWETZ, MELNICK & ADELBURG (Brooks, G; Butel, J.S.; Morse, S.A). □ Microbiologia Médica □ 22ª edição, McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2005.
- KONEMAN, E. W. et al. - Diagnóstico Microbiológico: Texto e Atlas Colorido - 6ª edição, Editora Medsi, 2008.
- MURRAY, P. R.; PFALLER, M. A.; ROSENTHAL, K. S. □ Microbiologia Médica - 5ª edição, Editora Elsevier Editora, 2006.
- TAVARES, W. - Manual de Antibióticos e Quimioterápicos Anti-infecciosos □ 3ª edição, Editora Atheneu, 2002.
- TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. □ Microbiologia □ 7ª edição, Editora Artmed, 2006.
- TRABULSI, L.R.; ALTHERTUM, F □ Microbiologia □ 4ª edição, Editora Atheneu, 2005.

Bibliografia complementar

- ANAISSE, EJ, MCGINNIS, MR, PFALLER, MA. Clinical Mycology, third edition pp. 366-367, 2009.
- LACAZ, C. S; PORTO, E; MARTINS, J. E. C.; VACCARI, E. M. H.; MELO, N. T. Tratado de Micologia médica. Savier Editora, 2002.
- MENDES, C. M. F.; OPLUSTIL, C. P.; ZOCCOLI C. M.; SINTO, S. I. - Microbiologia Clínica: 156 perguntas e respostas □ Sarvid Editora, 2005.
- ROSSI, F.; ANDREAZZI, D. B. □ Resistência Bacteriana: Interpretando o Antibiograma. Editora Atheneu, 2005.
- SANTOS, N.S.; ROMANOS, M.T.V.; WIGG, M. D. - Introdução à Virologia Humana, 1

edição, Editora Guanabara Koogan, 2004.

SIDRIM, J. J. C.; ROCHA, M. F. G. - Micologia Médica à luz de autores contemporâneos. Editora Guanabara Koogan, 2006.

MÓDULO DE INTEGRAÇÃO I

Integração dos conteúdos abordados no semestre relacionando-os à saúde, educação e ao meio ambiente. Políticas de Educação Ambiental. Temas de relevância epidemiológica e social.

Bibliografia básica

1. LIMA, Samuel do Carmo. Território e promoção da saúde: perspectivas para a atenção primária à saúde. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 181, [1], il. ISBN 9788546205615.
2. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 04 mai 2023

Bibliografia complementar

1. BEZERRA, A. C. V. Vigilância em saúde ambiental no Brasil: heranças e desafios. Saúde e Sociedade, v. 26, n. 4, p. 1044– 1057, out. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 04 mai 2023.
2. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 102 p. ISBN 9788535933581.
2. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 04 mai 2023

MÓDULO DE INTEGRAÇÃO II

Integração dos conteúdos abordados no semestre relacionando-os à inovação em saúde. Temas de relevância epidemiológica e social.

Bibliografia básica

1. CHEN, Hsinchun; ZENG, Daniel; YAN, Ping. Infectious Disease Informatics: Syndromic Surveillance for Public Health and Bio-Defense. Nova Iorque, US: Springer, 2010. Recurso eletrônico. (Integrated Series in Information Systems, 21). ISBN 9781441912787. Disponível em: sophia.bc.ufg.br/index.php.codigo_sophia=329062. Acesso em: 14 abr. 2023.
2. PEDROSA, Sheila Mara (org.) et al. Semiologia clínica 1. 2. ed. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. E-book (55p.). ISBN 978-85-495-0617-7. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/21632> Acesso em: 12 abr. 2023.
3. RIBEIRO-ROTTA, Rejane Faria (org.) et al. Telessaúde. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. E- book (65 p.). ISBN 978-85-495-0502-6. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/20704>. Acesso em: 12 abr. 2023.

Bibliografia complementar

1. Brandão, PR. Análise do processo de enfermagem mediado por tecnologia da informação: estudo de caso. 2014. 123 p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Goiás, 2014.
2. BRASIL. Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028. Acessado em 14 dez. 2020. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_Brasil.pdf.
3. BACKES, D.S.; ERDMANN, A.L.; BUSCHER, A. O cuidado de enfermagem como prática empreendedora: oportunidades e possibilidades. Acta paul. enferm., v.23, n.3, p.341-7, 2010.
4. COSTA, F. G. et al. Tendências empreendedoras dos enfermeiros de um hospital universitário. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 34, n. 3, p. 147–154, set. 2013.

MÓDULO DE INTEGRAÇÃO III

Integração dos conteúdos abordados no semestre relacionando- os aos saberes atitudinais de comunicação, liderança, compromisso social e ética. Temas de relevância epidemiológica e social.

Bibliografia básica

1. ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não- violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Editora Ágora, 2003. 285 p. ISBN 9788571838260.
2. INTERNATIONAL COUNCIL OF NURSES. Nursing care continuum framework and competencies. Geneva: ICN, 2021. Disponível em: https://www.icn.ch/sites/default/files/inline-files/ICN_Framework_Competencies_2021.pdf. Acesso em: 02 maio 2023.
3. AMERICAN ASSOCIATION OF COLLEGES OF NURSING. The Essentials: Core Competencies for Professional Nursing Education. Washington, DC: American Association of Colleges of Nursing, 2019. Disponível em: <https://www.aacnnursing.org/Portals/42/AcademicNursing/pdf/Essentials-Web.pdf>. Acesso em: 02 maio 2023.
4. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 573, de 13 de março de 2018. Aprova o Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 mar. 2018. Seção 1, p. 120. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso573.pdf>. Acesso em: 02 maio 2023.
5. OGUISSO, T.; SCHMIDT, M. J. O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2018. 424 p.

Bibliografia complementar

1. BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 136 p.
2. CAMARGO, M. Fundamentos de ética geral e profissional. 13. ed Petrópolis: Vozes, 2014. 108 p.
3. GARRAFA, V. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. In: Bases conceituais da bioética: enfoque latino-americano. São Paulo: Gaia; Unesco, 2006.284 p.
4. ROCHA, K. S. C.; AMÂNCIO, N. F.G. Tecnologia da informação e comunicação (TICs) e a ética em saúde. Paraná: Ed. Atena. 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-tics-e-a-etica-em-saude>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MÓDULO DE INTEGRAÇÃO IV

Integração dos conteúdos abordados no semestre relacionando- os à diversidade, direitos humanos e relações étnico- raciais. Letramento racial.Temas de relevância epidemiológica e social.

Bibliografia básica

1. BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. [Internet]. Brasília: MS; 2004. Disponível em : 004 (saude.gov.br). Acesso 04 mai 2023
2. BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Transexualidade e Travestilidade na Saúde. Brasília: MS; 2015. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. Brasília: MS; 2011. Disponível em Transexualidade e travestilidade na saúde | Brasília; Brasil. Ministério da Saúde; 2015. 193 p. ilus. | LILACS (bvsalud.org). Acesso 04 mai 2023
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf. Acesso em 27 março de 2023.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2010. 24 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)
5. Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.

Bibliografia complementar

1. BATISTA, L. E. .; BARROS, S. .; SILVA, N. G. .; TOMAZELLI, P. C. .; SILVA, A. da .; RINEHART, D. . Indicators for monitoring and evaluating the implementation of the National Policy for the Integrative Health of the Black Population. *Saúde e Sociedade*, [S. l.], v. 29, n. 3, p. e190151, 2020. DOI: 10.1590/S0104-12902020190151. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/176446>. Acesso em: 4 mai. 2023.
2. LÓPEZ, L. C.. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, n. 40, p. 121–134, jan. 2012.
3. ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não- violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Mário Vilela. São Paulo: Editora Agora, 2003. 285 p. Inclui bibliografia: p. 269-272. ISBN 9788571838260.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. O HumanizaSUS na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2009. 40 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

NUTRIÇÃO

Conceitos básicos em alimentação e nutrição. Hábitos e práticas alimentares. Necessidades e recomendações nos diferentes ciclos da vida. Macro e micronutrientes - função, fontes e recomendação. Segurança alimentar. Avaliação nutricional. Alimentação na promoção da saúde e prevenção de doenças. Dietas com consistência modificada. Dietoterapia nas doenças crônicas não transmissíveis. Nutrição enteral e parenteral.

Bibliografia básica

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Regulamento Técnico referente à informação Nutricional Complementar. Número 27, de 13 de janeiro de 1998. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de janeiro de 1998^a
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade de Alimentos para Fins Especiais. Número 29, de 13 de janeiro de 1998 (versão republicada – 30.03.1998). Diário oficial da União, Brasília, 30 de março de 1998.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Regulamento Técnico para Rotulagem Nutricional Obrigatória de Alimentos e Bebidas Embalados. Número 360, de 23 de dezembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de dezembro de 2003.

Bibliografia complementar

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação – Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira: Promovendo a alimentação saudável/ Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
2. DUTRA de OLIVEIRA, J.E, MARCHINI, D. Ciências Nutricionais. São Paulo: Sarvier, 1998. 403 p.

3. MAHAN. L. K.; ESCOTT-STUMP, S. Alimentos, nutrição & dietoterapia. 11. ed. São Paulo: Roca, 2005. 1242p.
4. PHILIPPI, S.T. Nutrição e Técnica Dietética. São Paulo: Manole, 2003. 390 p.
5. TIRAPEGUI, J. Nutrição: fundamentos e aspectos atuais. 1 ed. São Paulo: Atheneu, 2000. 284 p.

PARASITOLOGIA

Identificação das relações dos parasitos, endo e ecto parasitos, com seus hospedeiros e destes com o meio ambiente, despertando aspectos ecológicos nesta interação. Conhecimento biológico, filogenético, patológico e dos aspectos relacionados a transmissão dos grupos de parasitos. Profilaxia e controle dos principais parasitos e artrópodes de interesse médico humano.

Bibliografia básica

1. NEVES, David Preira e cols. Parasitologia Humana. S. Paulo: Ed. Atheneu, 13ª edição, 2016.
2. REY, Luís. Bases de Parasitologia Médica. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 3ª edição, 2010.
3. CIMERMAN, Benjamin & CIMENMAN Sergio. Parasitologia Humana e seus Fundamentos Gerais. S. Paulo: Ed. Atheneu, 2ª edição, 2001.

Bibliografia complementar

1. VERONESI, Ricardo e FOCACCIA, Roberto. Tratado de Infectologia. S. Paulo: Ed. Atheneu, 4ª edição, 2010.
2. CIMERMAN, B & FRANCO, M A. Atlas de Parasitologia. S. Paulo: Ed. Atheneu, 1ª edição, 2006.
3. DE CARLI, Geraldo Atílio. Parasitologia Clínica. Seleção de Métodos e Técnicas de Laboratório para o diagnóstico das Parasitoses Humana. S. Paulo: Ed. Atheneu, 2ª edição, 2007.
4. REY, L, Parasitologia. Guanabara Koogan; 4ª Edição, 2008.
5. NEVES, David Preira e cols .Atlas Didático de Parasitologia. Atheneu; 2ª Edição, 2010.

PATOLOGIA GERAL

Causas, mecanismos, bases estruturais (macroscópicas e microscópicas) e moleculares dos processos patológicos gerais. Serão abordadas alterações celulares, intersticiais, circulatórias, inflamatórias e do crescimento e diferenciação celular. Evolução e consequência dos processos patológicos sobre os tecidos, órgãos, sistemas e organismo.

Bibliografia básica

1. BRASILEIRO FILHO, G., ROCHA, A. Bogliolo: patologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
2. COTRAN, R.S., KUMAR, V., COLLINS, T., ROBBINS, S.L. Patologia estrutural e funcional. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
3. BRASILEIRO FILHO, G., BOGLIOLO, L. Patologia Geral. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

Bibliografia complementar

1. KUMAR, V., ROBBINS, S.L. Patologia básica. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
2. GANONG, W.F., MCPHEE, S.J. Fisiopatologia da doença: uma introdução à medicina clínica. 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.
3. COTRAN, R.S., MITCHELL, R.N., ROBBINS, S.L. Fundamentos de patologia [bases patológicas das doenças]. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
4. ROBBINS, S.L. Patologia: bases patológicas das doenças. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
5. COTRAN, R.S., KUMAR, V., ROBBINS, S.L. Patologia estrutural e funcional. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM SAÚDE

Racionalidades terapêuticas. Práticas tradicionais, complementares e integrativas em sistemas de saúde. Políticas públicas de saúde em práticas integrativas e complementares. Atuação do enfermeiro em práticas integrativas na rede de atenção à saúde. Práticas integrativas e processo de enfermagem.

Bibliografia básica

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. 2a. ed. [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/manual_implantacao_servicos_pics.pdf
3. GOIÁS (Estado). Lei no 16.703, de 23 de setembro de 2009. Institui a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares na rede pública estadual de saúde. Diário Oficial [do] Estado de Goiás, Goiânia, GO, 1 out. 2009. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/88436/lei-16703.
4. LUZ, Madel Therezinha; BARROS, Nelson Filice de. Racionalidades médicas e práticas integrativas em saúde: estudos teóricos e empíricos. In: Racionalidades médicas e práticas integrativas em saúde: estudos teóricos e empíricos. 2012. p. 452-452. Disponível em: <https://lappis.org.br/site/wp-content/uploads/2021/07/racionalidades-medicas.pdf>
5. SAÚDE BM da SS de A à. PNPIC: Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares TT – PNPIC: National Policy on Integrative and Complementary Practices [Internet]. 2018. Available from: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/politica_nacional_praticas_integrativas_sus_folder.pdf

Bibliografia complementar

1. ALMEIDA, J. R., SANTOS, M. C. V., SILVA, D. M., MENEGHIN, R. A., SOUZA, G., RESENDE, M. A. O enfermeiro frente às práticas integrativas e complementares em saúde na estratégia de saúde da família. Revista Eletrônica Acervo Saúde / Electronic Journal

4. BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. Informe de evidência clínica em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde Nº01/2020: obesidade e diabetes melitus. [Internet] Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [acesso em: 10 mai. 2022]. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pics/Informe_evidencia_empics_obesidade_DM_n1_2020.pdf

8. BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. Informe de evidência clínica em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde Nº05/2020: Insônia. [Internet] Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [acesso em: 10 mai. 2022]. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pics/Informe_evidencia_empics_insonia_n5_2020.pdf

13. COFEN. Resolução COFEN nº 564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html

14. COFEN: Resolução COFEN nº 568/2018. Alterada pela Resolução COFEN nº 606/2019. Regulamenta o funcionamento dos Consultórios e Clínicas de Enfermagem. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-0568-2018_60473.html

PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA EM SAÚDE

Precauções Padrão e baseadas na transmissão. Indicadores de prevenção e controle de infecções por topografias; trato urinário, sistema respiratório, sítio cirúrgico e corrente sanguínea.

Bibliografia básica

1. SANTOS, Nivea Cristina Moreira. Enfermagem na prevenção e controle da infecção hospitalar. 2. ed. - São Paulo: Iátria, 2005.. 126 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 8576140098 (broch.).

2. PEREIRA, Milca Severino; MORIYA, Tokico Murakawa. Infecção Hospitalar: estrutura básica de vigilância e controle. 208f. Ribeirão Preto.

3. COUTO, Renato Camargos; PEDROSA, Tania Moreira Grillo; NOGUEIRA, Jose Mauro. Infecção hospitalar e outras complicações não infecciosas da doença: epidemiologia, controle e tratamento. 4. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.. 811 p., il. Inclui Bibliografia. ISBN 9788527715430 (broch.).

Bibliografia complementar

1. ZAPATA, Mary Rocha Carneiro Garcia. Precauções padrão. h[manuscrito]: conhecimento e prática de acadêmicos de enfermagem e medicina para prevenção e controle de infecção em hospital escola. 2008. 163f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Enfermagem.

2. BOLICK, Dianna. Segurança e controle de infecção. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2000.. 368 p., il. -. (Enfermagem prática). ISBN 8587148400 (broch.).

3. GONÇALVES, Nádia Ferreira. Artigos, superfícies e equipamentos utilizados em unidades de terapia intensiva neonatal e pediátrica contaminados por *Staphylococcus* spp. resistentes aos antimicrobianos. 2013. 90 f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Medicina, 2013.
4. GONÇALVES, Angelica Oliveira Paula. Processo de limpeza e desinfecção de superfícies ambientais, equipamentos e artigos não críticos de uma unidade de terapia intensiva neonatal. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Enfermagem, 2013.
5. PESSONI, Grécia Carolina. Rastreamento sorológico e epidemiológico da infecção pelo vírus da hepatite B em reeducandas do complexo prisional da regional metropolitana de Goiás. h[manuscrito]. 2010. 67f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Enfermagem.
6. ALVES, Sergiane Bisinoto. O impacto do planejamento estratégico na elaboração e implementação do plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde na atenção básica. 2015. 282f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Enfermagem, 2015.

PROCESSO DE DOAÇÃO, CAPTAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS

Transplantes no Brasil e no mundo. Sistema Nacional de Transplantes. O processo de doação, captação e transplantes de órgãos e tecidos. O papel do enfermeiro e de outros profissionais em equipes de transplantes. Entrevista familiar para doação de órgãos. Cuidados com o potencial doador e a família.

Bibliografia básica

1. STUART, Frank P. Organ transplantation. 2nd ed. - Texas, US: Landes Bioscience, 2003.. 618 p., il. Inclui índice. ISBN 1570596751 (Broch.).
2. GEDIEL, José Antônio Peres. Os transplantes de órgãos e a invenção moderna do corpo. Curitiba: Moinho do Verbo, 2000. 221 p. Inclui bibliografia e notas. ISBN 858801601X (broch.).

Bibliografia complementar

1. Brasil, Ministério da Saúde. Portaria nº2600/2009. Aprova o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes. Diário Oficial da União; Brasília; 21 out 2009. Cap VI, Seção 1, art 51. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2600_21_10_2009.html
2. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 2173, de 23 de novembro de 2017. Define os critérios do diagnóstico de morte encefálica [Internet]. Brasília (DF): CFM; 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9175.htm
3. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 2.173, de 23 de novembro de 2017. Define os critérios do diagnóstico de morte encefálica. Diário Oficial da União [Internet]. 2017.

PROCESSO DE ENFERMAGEM AVANÇADO

Processo de enfermagem no Brasil e no mundo, teorias de enfermagem de médio alcance, coleta de dados por meio de instrumentos validados, terminologia padronizada para intervenções de enfermagem, sua aplicação no processo de enfermagem e níveis de evidência de diagnósticos e intervenções de enfermagem, aplicação do Modelo OPT para o raciocínio clínico e ligação de terminologias padronizadas para a tomada de decisão. diagnóstica e terapêutica (NANDA-I, NIC, NOC, CIPE), Rubrica Lasater de Julgamento Clínico.

Bibliografia básica

1. DIAGNÓSTICOS de enfermagem da NANDA definições e classificação, 2021-2023 Porto Alegre: ARTMED, 2021.
2. ALFARO-LEFREVE, R. Aplicação do processo de enfermagem: fundamentos para o raciocínio clínico. 8.ed. Porto Alegre: Artmed; 2014.

Bibliografia complementar

1. MATA, L.R.F.; SOUZA, C.C.; CHIANCA, T.C.M.; CARVALHO, E.C. Elaboração de diagnósticos e intervenções à luz de diferentes sistemas de classificações de enfermagem. Rev Esc Enferm USP. 2012 Nov-Dez;46(6):1512-8.
2. CARVALHO EC de, CRUZ D de ALM da, HERDMAN TH. Contribuição das linguagens padronizadas para a produção do conhecimento, raciocínio clínico e prática clínica da Enfermagem. Rev Bras Enferm [Internet]. 2013Sep;66(spe):134–41. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000700017>
3. ROS, R.R. Aplicação do Modelo Outcome-Present State Test em atenção primária no Desenvolvimento de um plano de cuidados para uma paciente com doença de Alzheimer e para seu cuidador. PRONANDA. Programa de Atualização em Diagnósticos de Enfermagem. Ciclo 1 v2. Porto Alegre: Artmed. 2013.
4. JOHNSON, Marion; MOORHEAD, Sue Classificação dos resultados de enfermagem (NOC) 4a ed. - Porto Alegre: ARTMED, 2021.
5. BULECHEK, Gloria M. Classificação das intervenções de enfermagem (NIC) 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

PROMOÇÃO DA SAÚDE

Conceito de Saúde, determinação social do processo saúde-doença e o enfrentamento das iniquidades e racismo. Histórico e Perspectivas do Movimento de Promoção da Saúde. Conferências nacionais e internacionais sobre promoção da saúde. Políticas de Promoção da Saúde (nacional, regional e local). Estratégias de planejamento e intervenção em Promoção da Saúde com a comunidade escolar, os movimentos populares, os serviços públicos de saúde e parcerias intra e intersetoriais. Educação em saúde. Educação Popular em Saúde. Letramento racial e em saúde.

Bibliografia básica

1. MENDES, Eugênio Vilaça. Desafios do SUS. Brasília: CONASS, 2019. 868 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788580710595.
2. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; GUERRERO, André Vinicius Pires; COSSER, Adriana. Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada. 2. ed. - São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2010. 411 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788560438785 (broch.).
3. LIMA, Samuel do Carmo. Território e promoção da saúde: perspectivas para a atenção primária à saúde. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 181, [1], il. Inclui bibliografia: p. 161-[182]. ISBN 9788546205615 (broch.) .

Bibliografia complementar

1. NEVES-SILVA, Priscila; HELLER, Léo. O direito humano à água e ao esgotamento sanitário como instrumento para promoção da saúde de populações vulneráveis. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, p. 1861-1870, 2016.
2. Eliane Potiguara. A cura da Terra. Editora do Brasil, 2015. Obs: livro infantil
3. KRENAK, A. A vida não é útil. Companhia das Letras: 2020
4. LEAHEY, Maureen; WRIGHT, Lorraine M. Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção na família. 4. ed. - Rio de Janeiro: Roca, 2009. 294 p.
5. MATTA, Gustavo Corrêa; LIMA, Júlio César França. Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. 420 p.
6. PIRES, M. R. G. M. Politicidade do cuidado como referência emancipatória para a enfermagem: conhecer para cuidar melhor, cuidar para confrontar, cuidar para emancipar. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 13, n. Rev. Latino-Am. Enfermagem, 2005 13(5), set. 2005.
7. MENDES, Isabel Amélia Costa; VENTURA, Carla Aparecida Arena. Protagonismo da Enfermagem nas Metas da ONU para a saúde dos povos. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 25, 2017.
8. VENTURA, Miriam. Direitos Humanos e Saúde: possibilidades e desafios. Saúde e direitos humanos/Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

PSICOLOGIA E SAÚDE

Processos psicossociais do desenvolvimento. O comportamento humano no contexto da saúde e da doença. Processo saúde-doença. Relação profissional, paciente e família. A morte, o morrer e o trabalho do luto.

Bibliografia básica

1. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
2. BRANCO, R. A relação com o paciente: teoria, ensino e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
3. TELES, M. Psicodinâmica do desenvolvimento humano. Petrópolis: Vozes, 2001.
4. SCORSOLINI-COMIN, F. Psicologia na Saúde Aplicada À Enfermagem. Rio de Janeiro: VOZES. 2022.

Bibliografia complementar

1. CIAMPA, A.C. Identidade. In: Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
2. FILHO, Júlio Mello e col. Psicossomática hoje. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
3. ANGERAMI-CAMON, V. A. Psicologia hospitalar: teoria e prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2010

RISCO BIOLÓGICO

Risco biológico nas práticas em saúde, com ênfase no risco ocupacional. Medidas de Precauções Padrão e demais medidas preventivas frente ao risco biológico. Dimensões procedimentais cognitivas e afetivas para reconhecimento do risco biológico e as medidas de prevenção e controle de infecções nos diferentes cenários de assistência.

Bibliografia básica

FERNANDES, Antônio Tadeu. Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde. São Paulo: Atheneu, 2000. 2v.

VERONESI, Ricardo; FOCACCIA, Roberto. Tratado de infectologia. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2005. 2 v.

TEIXEIRA, Pedro; VALLE, Silvio (Orgs.). Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. 2. ed., rev. e ampl. - Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

Bibliografia complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIROS DE CENTRO CIRÚRGICO, RECUPERAÇÃO ANESTÉSICA E CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO-SOBECC. Diretrizes de práticas em Enfermagem perioperatória e processamento de produtos para a saúde. 8. ed., São Paulo 2021.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE ESTUDOS E CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR. APECIH. Limpeza, desinfecção e esterilização de produtos para a saúde. 4. ed. São Paulo, 2021.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5046> Acesso em: 22 abr. 2023.

KUHAR, D. T., et al. Updated U.S. Public Health Service guidelines for the management of occupational exposures to HIV and recommendations for postexposure prophylaxis. Centers for disease control and prevention (CDC). 2018. Disponível em <http://stacks.cdc.gov/view/cdc/20711> Acesso em: 21 abr. 2023.

SAÚDE COLETIVA

Conceito ampliado de Saúde. Saúde como direito. Determinantes e Determinação Social da Saúde com ênfase na intersecção de classe, raça/etnia, gênero. Sistema Único de Saúde (SUS): história, princípios, diretrizes, legislação, políticas públicas. Participação da comunidade no SUS: Controle Social e Movimentos Populares. Percurso do(a) usuário(a) no SUS: Redes de Atenção à Saúde.

Bibliografia básica

1. MENDES, Eugênio Vilaça. Desafios do SUS. Brasília: CONASS, 2019. 868 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788580710595.
2. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; GUERRERO, André Vinicius Pires; COSSER, Adriana. Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada. 2. ed. - São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2010. 411 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788560438785 (broch.).
3. LIMA, Samuel do Carmo. Território e promoção da saúde: perspectivas para a atenção primária à saúde. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 181, [1], il. Inclui bibliografia: p. 161-[182]. ISBN 9788546205615 (broch.).

Bibliografia complementar

1. LEAHEY, Maureen; WRIGHT, Lorraine M. Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção na família. 4. ed. - Rio de Janeiro: Roca, 2009. 294 p.
2. MATTA, Gustavo Corrêa; LIMA, Júlio César França. Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. 420 p.
3. PIRES, M. R. G. M. Politicidade do cuidado como referência emancipatória para a enfermagem: conhecer para cuidar melhor, cuidar para confrontar, cuidar para emancipar. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 13, n. Rev. Latino-Am. Enfermagem, 2005 13(5), set. 2005.
4. MENDES, Isabel Amélia Costa; VENTURA, Carla Aparecida Arena. Protagonismo da Enfermagem nas Metas da ONU para a saúde dos povos. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 25, 2017.

5. VENTURA, Miriam. Direitos Humanos e Saúde: possibilidades e desafios. Saúde e direitos humanos/Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

SAÚDE DIGITAL

Histórico e fundamentos da Informação e Informática em Saúde. Saúde digital: estado da arte. Políticas, diretrizes e padrões adotados em nível nacional e internacional. Sistemas e bases de dados na área de saúde. Registro Eletrônico da informação em saúde. Iniciativas brasileiras. Ética e segurança no uso da informação eletrônica em saúde. Ações educativas em saúde utilizando tecnologias digitais.

Bibliografia básica

1. BRASIL, Ministério da Saúde. Estratégia e- Saúde para o Brasil. Comitê Gestor da Estratégia e- Saúde. Brasília, 2017. Disponível em: [http:// portalsaude.saude.gov.br/index.php/estrategiaesaude](http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/estrategiaesaude)
2. BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Informação e Informática em Saúde. Brasília, 2016. Disponível em: [http:// bvsms.saude.gov.br/ bvs/ publicacoes/politica_nacional_infor_informatica_saude_2016.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_infor_informatica_saude_2016.pdf)
3. SBIS, Sociedade Brasileira de Informática em Saúde. Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde. 2016. Disponível em: [http:// www.sbis.org.br/certificacao/Manual_Certificacao_SBIS-CFM_2016_v4-2.pdf](http://www.sbis.org.br/certificacao/Manual_Certificacao_SBIS-CFM_2016_v4-2.pdf)

Bibliografia complementar

1. BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria 2.073. Brasília. Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: [http:// bvsms.saude.gov.br/ bvs/ saudelegis/ gm/2011/prt2073_31_08_2011.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2073_31_08_2011.html)
2. WHO. World Health Organization. National eHealth strategy toolkit: overview. Disponível em: https://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/str/D-STR-E_HEALTH.05-2012-PDF-E.pdf.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.546, de 27 de outubro de 2011. Redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil, que passa a ser denominado Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes (Telessaúde Brasil Redes). 2011. Disponível em: <https://goo.gl/nJFefm>.

SAÚDE DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Educação dos direitos humanos. Educação das relações étnico-raciais. Cultura afro-brasileira, africana e indígena. Letramento racial. Distribuição geográfica dos povos originários no Brasil. Processo saúde-doença na perspectiva dos povos originários e suas diferenças socioculturais. Serviços de saúde voltados para os povos originários. Interculturalidade na assistência à saúde.

Bibliografia básica

1. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2a ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde; 2002. Disponível em: [https:// bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf). Acesso 08 mai 2023
2. Almeida MN, Caixeta CC, Silva NS, et al. Challenges and concerns in assisting indigenous people with suicide attempts. Integrative Psychological and Behavioral Science, 2023. Doi: 10.1007/s12124-023-09803-x

Bibliografia complementar

1. Gugelmin SA, Silva JAA. Povos indígenas e o direito à saúde: acesso, insegurança e cenário político brasileiro. Rev baiana enferm. 2020;35:e42326. doi: <https://doi.org/10.18471/rbe.v35.42326>.
2. Martins JCL, Martins CL, Oliveira LSS. Attitudes, knowledge and skills of nurses in the Xingu Indigenous Park. Rev Bras Enferm. 2020;73(6):e20190632. doi: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0632>.
3. Almeida MN, Caixeta CC, Silva NS, et al. Challenges and concerns in assisting indigenous people with suicide attempts. Integrative Psychological and Behavioral Science, 2023. Doi: 10.1007/s12124-023-09803-x

SAÚDE DO TRABALHADOR

Promoção da saúde do trabalhador. Processos de trabalho saudáveis. Riscos ocupacionais e acidentes de trabalho. Violência no trabalho. Prevenção de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho.

Bibliografia básica

- BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: O Ministério, 2001. 580 p., 30 cm. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 114.). Inclui índice. ISBN 8533403534.
- FERREIRA JUNIOR, Mario. Saúde no trabalho: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores. São Paulo: Roca, 2000. 357 p. Inclui bibliografia. ISBN 8572412913 (broch.).
- FERNANDES, Almesinda Martins de O. Saúde-doença do trabalhador: um guia para os profissionais. Goiânia: AB, 2007. 263 p. -. (Coleção saúde e segurança do trabalhador;). Inclui bibliografia. ISBN 8574981400 (broch.).
- MICHEL, O. Acidentes do Trabalho e doenças ocupacionais, 3ª ed. 2008.

Bibliografia complementar

- OLIVEIRA, J. R. G. de; OLIVEIRA, J. R. G. de. Prevenção de doenças ocupacionais. Sprint magazine, Rio de Janeiro, n. 128, p. 26-34, 2003.
- RAMAZZINI, Bernardino. As doenças dos trabalhadores. 3. ed. São Paulo: Fundacentro, 2000. MARIEB, Elaine N.; HOEHN, Katja. Anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho. 89ª edição: 2023, 1128 p.
- MORI, Érika Chediak. Doenças ocupacionais - percepção de médicos e enfermeiros da Estratégia Saúde da Família. 2013. x, 78 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde, 2013.
- TRABALHO, racionalidade e adoecimento. Organização de Jose Leon Crochik. Silvia Rosa Silva Zanolla. Campinas: Mercado de Letras, 2021. 319 p. (As Dimensões da formação humana). Inclui bibliografia. ISBN 9786586089868.

SAÚDE MENTAL

O ser humano e suas relações. A construção da dimensão pessoal do enfermeiro: autocuidado e autoconhecimento. Comunicação Terapêutica e relações interpessoais. Promoção de saúde

mental, prevenção do adoecimento mental e do uso de álcool e outras drogas. Clínica Ampliada. Coordenação de grupos.

Bibliografia básica

1. CIANCIARULLO, T.I. Instrumentos básicos para o cuidar - um desafio para a qualidade de assistência. São Paulo: Atheneu, 1996.
2. MALDONADO, MT. Recursos de relacionamento para profissionais de saúde : a boa comunicação com clientes e seus familiares em consultórios, ambulatorios e hospitais. Ribeirão Preto: Novo conceito, 2009.
3. MIRANDA, Clara Feldman de; MIRANDA, Marcio Lucio de. Construindo a relação de ajuda. 14. ed. - Belo Horizonte: Crescer, 2004.
4. TAYLOR, C. M. Fundamentos de Enfermagem Psiquiátrica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

Bibliografia complementar

1. AMARANTE, P. Saúde mental e atenção psicossocial. Editora FIOCRUZ, 2007.
2. BENJAMIN A. A entrevista de ajuda. São Paulo (SP): Martins Fontes; 11ª edição. 2004.
3. BORGES, L.R. et al. Atendimento à crise psíquica no pronto- socorro: visão de profissionais de enfermagem. Rev. Gaúcha Enferm. Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 27-33, Sept. 2012.
4. MAGALDI, F. Mania de liberdade: Nise da Silveira e a humanização da saúde mental no Brasil. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2020.
5. PEREIRA, A.S. Meio ambiente do trabalho e o direito à saúde mental do trabalhador. LTR Editora, 2019.
6. PONTES, A. C.; LEITAO, I. M. T. A.; RAMOS, I. C. Comunicação terapêutica em Enfermagem: instrumento essencial do cuidado. Rev. bras. enferm., Brasília , v. 61, n.3, p. 312-318, 2008.
7. SILVA FILHO, O.C.S.; ASSIS, S.G.; AVANCI, J.Q. Saúde mental infantojuvenil e desastres: um panorama global de pesquisas e intervenções. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 7, p. 1-3, 2020.
8. ZANELLO, V. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Editora Appris, 2020.

SEGURANÇA DO PACIENTE

Políticas e programas internacionais e nacionais. Teorias, conceitos e taxonomias. Cultura de segurança do paciente. Gerenciamento de Risco. Estratégias sistêmicas e individuais, interdisciplinar e interprofissional, para a prevenção e resolução de eventos adversos nos

diferentes serviços de saúde. Comunicação efetiva entre equipe, pacientes e familiares.

Bibliografia básica

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Gestão de Riscos e Investigação de Eventos Adversos Relacionados à Assistência à Saúde. ANVISA, 2017.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Pacientes pela segurança do paciente em serviços de saúde: Como posso contribuir para aumentar a segurança do paciente? Orientações aos pacientes, familiares e acompanhantes. Brasília: Anvisa, 2017.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Investigação de Eventos Adversos em Serviços de Saúde. ANVISA, 2016
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução - RDC nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Brasília (Brasil): Ministério da Saúde; 2013.

Bibliografia complementar

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do paciente em serviços de saúde: higienização das mãos. Brasília, DF.: ANVISA, 2009. 104 p
2. CONASS, C. N. de S. de S.-. Qualidade no Cuidado e Segurança do Paciente. [S. l.: s. n.], 2021. E-book. Disponível em: <https://www.conass.org.br/seguranca-do-paciente/>.
3. FERNANDES, A. T. F. et al. Segurança do Paciente na Atenção Primária à Saúde: Teoria e Prática. [S. l.: s. n.], 2020. v. 1
4. REBRAENSP. Estratégias para a segurança do paciente: manual para profissionais da saúde. [S. l.: s. n.], 2013. E- book. Disponível em: [http:// www.rebraensp.com.br/ pdf/ manual_seguranca_paciente.pdf](http://www.rebraensp.com.br/pdf/manual_seguranca_paciente.pdf).

SOCIOLOGIA E SAÚDE

A construção social da realidade: percepções da saúde e da doença nas sociedades contemporâneas. Socialização, interação e identidade. Estratificação social e categorias sociais da desigualdade (classe, gênero, raça/etnia, geração, sexualidade). Contribuições da Sociologia para a formulação de políticas de saúde.

Bibliografia básica

1. BERGER, Peter L. Perspectivas Sociológicas, uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 2007.
2. GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.
3. PIMENTA, Melissa Mattos. Diferença e desigualdade. In: Sociologia, ensino médio. BRASIL: MEC, 2010. p 139-162.

Bibliografia complementar

1. CANESQUI, Ana Maria (Org.) Dilemas e desafios das Ciências Sociais na saúde coletiva. SP: Hucitec. Abrasco. SP/RJ, 1995.
2. LE BRETON, D. A sociologia do corpo. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
3. LOYOLA, Maria Andrea. O lugar das ciências sociais na saúde coletiva. Saúde Soc. São Paulo, v.21, n.1, p.9-14, 2012.
4. NUNES, Everardo Duarte. Sobre a Sociologia da Saúde. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.
5. SILVA, Tomás Tadeu da (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ENFERMAGEM I

Temas em enfermagem e saúde. Assistência de enfermagem.

Bibliografia básica

ALFARO- LeFREVE, R. Aplicação do processo de enfermagem: fundamentos para o raciocínio clínico. 8.ed. Porto Alegre: Artmed; 2014.

CARPENITO, L.J. Diagnósticos de enfermagem: aplicação à prática clínica / Lynda Juall Carpenito-Moyet ; tradução: Regina Garcez ; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição: Leila Ambrosini... [et al.], 2007.

Bibliografia complementar

BARROS, Alba Lucia Bottura Leite. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto Alegre, RS; Artmed; 2010. 440 p. ilus, tab.

ATKINSON, L. D.; MURRAY, M. E. O Processo de Enfermagem e o Planejamento da Assistência ao Paciente. In: _____. Fundamentos de Enfermagem: introdução ao Processo de Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

SUDDARTH, Doris Smith; SMELTZER, Suzanne C; BRUNNER, Lillian Sholtis Tratado de enfermagem médico-cirúrgica 14. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. 2 v., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN-13 : 978-8527736688.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ENFERMAGEM II

Temas em enfermagem e saúde. Assistência e práticas de enfermagem.

Bibliografia básica

1. CARPENITO, L.J. Diagnósticos de enfermagem: aplicação à prática clínica / Lynda Juall Carpenito-Moyet ; tradução: Regina Garcez ; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição: Leila Ambrosini... [et al.], 2007.

2. ALFARO-LeFREVE, R. Aplicação do processo de enfermagem: fundamentos para o raciocínio clínico. 8.ed. Porto Alegre: Artmed; 2014.

Bibliografia complementar

1. BARROS, Alba Lucia Bottura Leite. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto Alegre, RS; Artmed; 2010. 440 p. ilus, tab.

2. SUDDARTH, Doris Smith; SMELTZER, Suzanne C; BRUNNER, Lillian Sholtis Tratado de enfermagem médico-cirúrgica 14. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. 2 v., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN-13 : 978-8527736688.

3. CARPENITO, L.J. Diagnósticos de enfermagem: aplicação à prática clínica / Lynda Juall Carpenito-Moyet ; tradução: Regina Garcez ; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição: Leila Ambrosini... [et al.], 2007.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Elaboração e apresentação do projeto de pesquisa.

Bibliografia básica

1. GAUTHIER, Jacques Henri Maurice. Pesquisa em enfermagem: novas Metodologias aplicadas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
2. LOBIONDO- WOOD, Geri; HABER, Judith. Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização. 4. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
3. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
4. POLIT, Denise F; HUNGLER, Bernadette P. Fundamentos de pesquisa em enfermagem. 3. ed. - Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Bibliografia complementar

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. A presente Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado. Diário Oficial da União nº 12, Brasília: DF, n. 112, 13 jun. 2013. Seção 1, p. 59. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Diário Oficial da União nº 98, Brasília: DF, 26 mai. 2016. Seção 1, p. 44, 45 e 46. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>.
3. BRASIL. Lei nº 14.874, de 28 de maio 2024. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 mai. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.874-de-28-de-maio-de-2024-562758176>
4. ABNT: Regras gerais de estilo e formatação de trabalhos acadêmicos / Centro Universitário Álvares Penteado-FECAP, Biblioteca FECAP – Paulo Ernesto Tolle. – 6.ed., rev. e ampl. São Paulo: Biblioteca FECAP Paulo Ernesto Tolle, 2024. Disponível em https://www.fecap.br/files/docs/biblioteca/Manual_ABNT_2024_6.ed._rev._e_ampl.pdf

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Desenvolvimento e apresentação do projeto de pesquisa. Ciclo de apresentações e entrega final do trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia básica

1. BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hal, 2007.
2. CARVALHO, Maria Cecília M. de. Construindo o saber: metodologia científica : fundamentos e técnicas. 15. ed. - Campinas: Papirus, 2003.
3. CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 4. ed. - Petrópolis: Vozes, 2011.
4. POLIT, Denise F; HUNGLER, Bernadette P. Fundamentos de pesquisa em enfermagem. 3. ed. - Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Bibliografia complementar

1. BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. Disponível em:
file:///C:/Users/USER/Downloads/2012%20Relat%C3%B3rio%20da%20Comiss%C3%A3o%20de%20Integridade%20de%20Pesquisa%20do%20CNPq%20(3).pdf . Acesso em: 21/08/2024
- 2 BRASIL. Lei nº 14.874, de 28 de maio 2024. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 mai. 2024. Disponível em:
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.874-de-28-de-maio-de-2024-562758176>
- 3 VOLPATO, G. L. Bases teóricas para redação científica. 1ª ed. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica e Scripta, 2007.
- 4 VOLPATO, G. L. Dicas para redação científica. 3ª. ed. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2010. 152 p.
- 5 VOLPATO, G. L. Ciência: da filosofia à publicação. 6ª. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. 377 p.
- 6 VOLPATO, G. L, et al. Dicionário crítico para redação científica. 1. ed. São Paulo: Best Writing, 2013. 216 p.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Sistema nacional de vigilância em saúde. Vigilância epidemiológica. Vigilância das doenças transmissíveis e das doenças e agravos não transmissíveis. Vigilância sanitária. Vigilância ambiental. Políticas de educação ambiental. Vigilância em saúde do trabalhador. Análise da situação de saúde. Sistemas de Informações em Saúde.

Bibliografia básica

1. PEREIRA, Maurício Gomes. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. 596p. ISBN 8527703564.

2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico]. 5. ed. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2021. 1.126 p.

Bibliografia complementar

1. ALMEIDA FILHO, Naomar de. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 699 p. ISBN 9788527716192.

2. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de vigilância epidemiológica. Série A: Normas e manuais técnicos 7aed. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2009. 815p.

3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Emergências em Saúde Pública. Guia para investigações de surtos ou epidemias. 2. ed. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2022. 64 p.

4. FRANCO NETTO G. et al. Vigilância em Saúde brasileira: reflexões e contribuição ao debate da 1a Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p.3137–48, 2017.

5. OLIVEIRA, C. M; CRUZ, M. M. Sistema de Vigilância em Saúde no Brasil: avanços e desafios. Saúde debate, v. 39, n. 104, p. 255-67, 2015.

6. TEIXEIRA M. G. et al. Vigilância em Saúde no SUS - construção, efeitos e perspectivas. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p.1811-18, 2018.

7 - Atividades Complementares

Reconhecendo que os conhecimentos, habilidades e atitudes podem ser adquiridos também em outro contexto que não exclusivamente o da estrutura formal das disciplinas, são previstas para integralização curricular a realização de Atividades Complementares (AC) para a formação do enfermeiro.

Ao longo da formação, os estudantes deverão cumprir 100h de AC, que poderão estar distribuídas em diferentes ações, incluindo monitorias, tutorias, pesquisas, ações e/ou projetos de extensão e cultura, estágio curricular não obrigatório, participação em conferências, seminários, palestras, congressos, debates e outras atividades científicas, artísticas, culturais, de saúde e qualidade de vida. O aproveitamento das horas é realizado via sistema acadêmico, mediante análise da Coordenação de Graduação, a partir das normas publicadas especificamente para este

fim e divulgadas no sítio eletrônico da Faculdade de Enfermagem.

8 - Política e gestão de estágio curricular obrigatório e não obrigatório

O estágio curricular é regulamentado pela Lei nº 11.788/ 2008, Lei nº 14.913/2024, Regulamento Geral dos cursos de Graduação da UFG e Resolução CEPEC nº1538/2017.

Os estágios supervisionados serão monitorados pelo coordenador e vice-coordenador de estágios do curso, um docente orientador do curso em parceria com um supervisor ou preceptor do campo de prática. O coordenador de estágio representa o curso, junto à Coordenação Geral de Estágios da PROGRAD/ UFG. Este coordenador deve contribuir com o planejamento, desenvolvimento e avaliação dos estágios, promovendo a integração com a coordenação do curso de graduação, professores responsáveis por disciplinas de estágios, preceptores e estudantes, assim como, articular as atividades com os responsáveis pelos locais de práticas de estágio.

O docente orientador deverá ser vinculado à FEN/ UFG e responsável pelo planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades de cada estagiário, sob sua responsabilidade. O profissional supervisor do estagiário deve ter formação e experiência profissional na Enfermagem e será responsável pelo acompanhamento direto e continuado, bem como, pela avaliação de suas atividades nos locais de estágio. A supervisão exercida pelos profissionais da área deverá ter acompanhamento presencial permanente do docente da área, conforme posto na legislação vigente sobre o estágio, contribuindo, assim, com o processo de educação permanente, tanto do profissional, quanto do docente.

Os estágios supervisionados serão realizados apenas em instituições e/ ou empresas devidamente conveniadas com a UFG; sendo necessária a tramitação da documentação que garante a legalidade do estágio: convênio, termo de compromisso, plano de atividades e seguro contra acidentes pessoais.

O estágio curricular obrigatório é definido como estágio supervisionado no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária especificada deve ser cumprida integralmente e é requisito para aprovação e obtenção de diploma. O estágio deve ser planejado, orientado, acompanhado e avaliado pelos docentes da FEN/ UFG em conformidade com o PPC, Regulamento de Estágio e plano de ensino, devendo contar com o apoio do supervisor/preceptor do local onde é realizado.

Neste PPC estão previstos estágios voltados à assistência de enfermagem na atenção primária e na atenção especializada à saúde, com carga horária dividida igualmente. Os campos são variados, incluindo unidades básicas de saúde e clínicas distribuídas no hospital universitário e outras instituições parceiras. Adicionalmente, todos os estudantes realizam estágio na gestão de enfermagem em saúde coletiva e hospitalar.

Para ser matriculado e cursar os Estágios Supervisionados o estudante deve ter completado toda a carga horária do curso, ou seja, 3968 horas, podendo faltar até 128 horas de disciplinas obrigatórias de Núcleo Comum e/ou Núcleo Específico (obrigatórias e optativas), e considerando os pré-requisitos cadastrados.

Uma das inovações propostas neste PPC é o Estágio Supervisionado Interprofissional em Saúde, que é realizado com o objetivo de desenvolver ações de saúde no âmbito da Atenção Primária por meio do exercício interprofissional visando à prática colaborativa, em consonância com os princípios do SUS e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos da área da saúde.

As atividades são desenvolvidas nas Unidades de Saúde com ênfase na Atenção Primária, onde o estagiário pode compreender e atuar sobre os determinantes sociais de saúde. A integração ensino-serviço-comunidade é o eixo norteador do Estágio Interprofissional, o qual permite o desenvolvimento de ações não só no serviço de saúde, mas também em outros cenários de prática, incluindo as Secretarias de Educação, onde são realizados os Programas Saúde na Escola (PSE) e o de Alimentação e Nutrição Escolar (PNAE). Os estudantes exercem suas atividades orientados pelas políticas de saúde vigentes e que estejam diretamente relacionadas às atividades na Atenção Primária, entre elas a Política Nacional de Atenção Básica e os demais cadernos, protocolos, padronizações e programas de Atenção Primária existentes.

No que se refere aos estágios curriculares obrigatórios realizados fora do país, o reconhecimento estará condicionado ao cumprimento dos pré-requisitos acadêmicos e ao atendimento das exigências definidas no Regulamento de Estágio do Curso.

Considerando que não há previsão no Regulamento de Estágio de Curso, as competências profissionais adquiridas, por meio de vínculo formal de trabalho nas áreas de formação do estudante, realizado concomitantemente com o curso, não serão equiparadas,

parcial ou totalmente, ao estágio curricular obrigatório.

O estágio curricular não obrigatório será aquele desenvolvido como atividade opcional pelo estudante que deseje complementar sua formação prevista em matriz no currículo de graduação, não sendo utilizada a carga horária dessa modalidade em disciplina obrigatória para integralização do curso. Para realizar o estágio curricular não obrigatório, o estudante deve estar regularmente matriculado e apresentar frequência no curso de graduação em Enfermagem.

O estágio curricular não obrigatório deverá ser realizado sob a supervisão de um professor orientador da FEN/ UFG, responsável pelo acompanhamento e avaliações das atividades do estagiário e sob acompanhamento de preceptor no campo de estágio, que deverá ser enfermeiro(a).

Constituem-se campos de estágios as instituições que proporcionem ao estagiário a oportunidade de desenvolver atividades complementares à sua formação e atendam às condições adequadas para a realização do estágio, segundo avaliação da unidade acadêmica, legislação vigente e vinculação institucional à Coordenação de Estágios da UFG.

9 - Política da inserção de ações curriculares de extensão - Acex

Considerando o disposto na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, segundo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, e a partir da Resolução das ACEx da UFG (BRASIL, 2018; BRASIL, 2014), a FEN realizou discussões para construir coletivamente a forma de adesão à Política de Inserção de ACEx na unidade acadêmica, cumprindo a normativa de destinar 10% da carga horária total do curso à extensão.

As reuniões e consultas a professores e estudantes resultaram em contribuições importantes para o processo de transição curricular, sendo consubstanciada por análises e reflexões dos benefícios da formação permeada pela extensão, bem como pelos desafios advindos de sua implantação.

Compreende-se como ações curriculares de extensão aquelas capazes de fortalecer as relações entre a universidade e a comunidade por meio de processos formativos que integrem o ensino e pesquisa, cujo público principal seja a comunidade externa à UFG. Além disso, as ACEx devem promover o protagonismo estudantil por meio de sua participação como membro da equipe executora, possibilitando o desenvolvimento das competências esperadas no perfil do egresso, favorecendo a interdisciplinaridade e o compromisso social, conforme a resolução CEPEC/UFG N° 1699, de 22 de outubro de 2021.

No âmbito da Política de Desenvolvimento Institucional da UFG (PDI 2023-2027), um dos eixos do ensino de graduação é justamente a integração institucional e com a sociedade, na qual a extensão, indissociada da pesquisa e do ensino, se insere e tem papel fundamental na formação dos futuros enfermeiros e no impacto social da universidade.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACEx) serão realizadas ao longo do curso mediante participação dos estudantes em projetos e eventos de extensão, conforme regulamento da UFG. A carga horária total das ACEx será de 470 horas, devendo ser cumprida por todos os estudantes do curso. As ações de extensão serão realizadas desvinculadas de componentes curriculares. Essa modalidade permitirá ao estudante o contato com temas transversais do currículo, possibilitando a interprofissionalidade por meio da integração de estudantes e professores de diferentes cursos, além de realização de extensão em contextos externos à UFG. A carga horária atribuída a essas ações tem recomendação de distribuição gradual nos semestres do curso. Tal carga horária será computada via análise de aproveitamento pela Coordenação de Graduação, seguindo normas internas da unidade acadêmica. O detalhamento acerca das ACEx consta no Regulamento de Inserção das Ações Curriculares de Extensão.

A modalidade apresentada visa garantir que os temas previstos em PPC e as competências esperadas sejam desenvolvidos ao longo da formação do estudante. Além disso, permite que outros temas de interesse do estudante possam ser considerados.

10 - Política e gestão de prática como componente curricular - PCC

Este curso não prevê prática como componente curricular em seu currículo.

11 - Trabalho de conclusão de curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por finalidade aproximar o estudante do método científico, realizando pesquisas em saúde e enfermagem. Para integralização do curso, o estudante deverá elaborar um TCC sob orientação de um docente da UFG, com formação mínima de mestrado.

Durante o curso de graduação, o estudante se aproximará das bases do método científico, por meio de componentes curriculares relacionados ao tema ou em oportunidades de formação extracurricular, como a participação em programas de iniciação científica institucionais e atuação em projetos vinculados aos núcleos de pesquisa.

Para o curso de graduação em Enfermagem da FEN, o TCC é cumprido em componente curricular específico, conforme possibilidade prevista no RGCG. O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I tem como propósito apoiar o estudante na escolha do orientador e no desenvolvimento do projeto de pesquisa, realizado sob a responsabilidade do orientador. Já o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, tem a finalidade de monitorar o desenvolvimento, finalização e apresentação do projeto de pesquisa. A responsabilidade metodológica, de desenvolvimento, de finalização e avaliação do TCC é do professor orientador. Ao final, os TCC serão disponibilizados em repositório institucional, acessível na internet.

12 - Política de ensino, pesquisa e extensão

A integração ensino-pesquisa-extensão é uma política da FEN, em conformidade com o Estatuto e Regimento Geral da UFG (1996), que trata da indissociabilidade desses três pilares, e também com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFG. A política de formação da UFG valoriza o desenvolvimento acadêmico com qualidade, definindo a função social e cultural da universidade pública como aquela que defende a gestão acadêmica democrática, a autonomia didático-científica e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A FEN/UFG fomenta a integração ensino, pesquisa e extensão, considerando também as

recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Enfermagem. Durante o curso de graduação, o estudante tem oportunidade de formação integral com participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, atuando como protagonista nas diferentes ações que desenvolve em conjunto com professores e demais estudantes de graduação e pós-graduação.

O curso de graduação da FEN valoriza essa forte articulação entre os elementos do tripé universitário, com o intuito de garantir um ensino crítico- reflexivo, criativo e que estimule inovações na área da saúde, que leve à construção do perfil almejado do enfermeiro, considerando a evolução epistemológica do processo saúde-doença e articulando teoria e prática em toda dinâmica curricular. As evidências dessa integração no PPC se dão pela estrutura curricular que desde os primeiros períodos do curso, permite ao estudante se apropriar das bases do conhecimento científico como essenciais para a sua formação. Além disso, o estudante tem oportunidade de cursar as ACEx durante todo o curso, intensificando as atividades de aproximação com a sociedade, onde pode atuar como protagonista nas ações de extensão articuladas ao ensino.

É parte da cultura da FEN/UFG a disponibilidade de diversos núcleos ou grupos de pesquisa, nos quais os estudantes podem se envolver em diferentes projetos. Tais grupos, geralmente, integram ações de pesquisa e extensão, oportunizando ao estudante compreender a dinâmica da produção e difusão do conhecimento com responsabilidade social. Além disso, valorizam a articulação entre estudantes de graduação e pós-graduação, por meio dos diferentes projetos que envolvem ensino, pesquisa e extensão.

13 - Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem e apoio ao discente

Os procedimentos de avaliação e acompanhamento dos processos de ensino-aprendizagem e formas de apoio ao discente ocorrem a partir dos objetivos de aprendizagem e saberes desenvolvidos durante a formação, tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais. A avaliação faz parte do processo de ensino-aprendizagem e é composta por:

1. Avaliação de aprendizagem do estudante

É entendida como o momento de análise do que o estudante desenvolveu no processo de ensino-aprendizagem, em que é possível planejar e adaptar os próximos passos para que as lacunas sejam preenchidas e haja avanço na construção de saberes.

Entende-se que a avaliação é um processo formativo e que deve ocorrer ao longo das atividades em cada disciplina, inclusive a avaliação diagnóstica realizada desde o ingresso do estudante na disciplina/no curso, identificando as necessidades e dificuldades dos mesmos e propondo estratégias capazes de superá-las e avançar na formação descrita no PPC.

Vale destacar que a prática avaliativa adotada nessa instituição tem como premissa o acompanhamento do estudante na sua trajetória de construção do conhecimento, não adotando uma postura punitiva. A avaliação tem como principal função ajudar a promover e a melhorar a formação dos estudantes e aperfeiçoar o currículo, bem como a própria prática docente, por meio da análise dos processos de ensino e de aprendizagem.

As modalidades de avaliação são: elaboração de portfólio, simulação, estudos de caso, questionários, atividades avaliativas teóricas e práticas, reuniões para avaliações parciais dos discentes, entre outros. Vale ressaltar que é desenvolvido projetos de ensino/monitoria e tutoria (Programa de Educação Tutorial) que auxiliam na formação e apoio aos discentes incluindo os quilombolas, indígenas, neurodivergentes e pessoas com deficiência.

2. Avaliação da disciplina, dos professores e autoavaliação

Procedimento em que os estudantes manifestam livremente suas percepções sobre a disciplina - seleção de conteúdos, objetivos de aprendizagem, método e estratégias de ensino, sistema de avaliação adotado na disciplina e avaliação dos professores (relação professor-estudante, compartilhamento de saberes, apoio no processo de ensino-aprendizagem).

A autoavaliação integra o rol de possibilidades de avaliação e tem papel importante na corresponsabilidade dos estudantes, quer na avaliação de atividades individuais e de trabalhos efetuados em grupo, quer na avaliação global das aprendizagens desenvolvidas em cada disciplina e ao longo do curso de Enfermagem.

O sistema da UFG para avaliação formal é descrito com detalhamento no Regulamento Geral de Cursos de Graduação e define os critérios que condicionam o jus à habilitação ao

certificado de Enfermeiro, além de concluir com aproveitamento o Trabalho de Conclusão de Curso e integralizar a carga horária do curso.

Para apoiar os docentes, durante a semana de planejamento pedagógico que acontece no início de cada semestre, abordamos a avaliação e acompanhamento discente como tema para discussão visando o fortalecimento e qualidade das avaliações dos discentes.

Para apoiar os estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagem ao longo do curso, há ações estruturadas como a monitoria e tutoria, em que estudantes e professores participam do processo de identificação de necessidades de aprendizagem de forma individualizada e promovem atividades de fortalecimento do desenvolvimento de competências. A UFG oferta disciplinas de Português Básico, Matemática e Informática para estudantes que necessitem minimizar dificuldades advindas de sua formação prévia, além de apoio psicopedagógico sob demanda.

Quanto aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, há uma Comissão de Apoio Estudantil da FEN que atua em interlocução com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da universidade, orientando estudantes sobre possibilidades de assistência estudantil envolvendo os programas de subsídio à alimentação, moradia, acompanhamento psicológico e outros; e a Coordenação de Inclusão e Permanência, vinculada à Secretaria de Inclusão da UFG, que acompanha estudantes no intuito de promover inclusão social, em especial pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas ou em outras situações de vulnerabilidade; e suporte aos ingressantes pelo sistema de ações afirmativas, via PRAE da UFG.

14 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

Para gestão do curso de graduação em Enfermagem da FEN, acompanhamento dos processos de ensino-aprendizagem e avaliação das práticas pedagógicas no desenvolvimento do PPC, utilizam-se diferentes metodologias e critérios, em consonância com o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da UFG e Instrução Normativa CEPEC N°1/2022.

A gestão do curso é organizada tendo como premissa as competências a serem desenvolvidas pelos estudantes em formação, o cumprimento da matriz curricular do PPC cadastrada no sistema de gestão acadêmica da UFG e as prerrogativas tratadas pelo RGCG e demais normativas da UFG relacionadas ao ensino de graduação. O NDE é responsável pelo

acompanhamento desses processos, juntamente com a Coordenação de Curso de Graduação e os avalia de maneira contínua.

A gestão do curso também é pautada nas avaliações internas, realizadas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, e externas, realizadas pelo MEC/INEP (Enade, Conceito Preliminar de Curso e relatórios de avaliação in loco). No contexto das avaliações internas promovidas pela UFG, é possível aprimorar os processos de formação por meio do retorno dado à unidade acadêmica sobre o curso tanto do ponto de vista do professor como do estudante.

Contempla os instrumentos de avaliação institucional, de curso, dos docentes, das turmas, autoavaliação discente e docente e disponibiliza semestralmente os dados pelo sistema acadêmico e também apresenta os painéis de indicadores em formato aberto à sociedade geral no sítio eletrônico da UFG, por meio do sistema Analisa UFG. Por meio dessa avaliação, é possível avançar continuamente no aprimoramento do curso de Enfermagem, considerando a percepção dos diferentes participantes da comunidade acadêmica.

Além dos procedimentos próprios dessas políticas de avaliação institucional, o NDE propõe a avaliação do curso por meio de encontros ampliados e reuniões direcionadas com docentes e discentes do curso. Juntamente com a Coordenação de Curso de Graduação, faz análise de práticas pedagógicas, do desempenho acadêmico dos estudantes e identifica aqueles em fluxo acadêmico próprio e que necessitam de acompanhamento individual ou tutoria para superar dificuldades durante sua formação acadêmica.

Os processos de aprimoramento do curso também contam com avaliação de egressos e de profissionais que atuam como preceptores, em parceria com professores e estudantes durante o ensino de graduação. A avaliação do PPC tem como finalidade a melhoria da qualidade do curso de graduação, o aprimoramento do perfil profissional do egresso, bem como, o avanço na articulação do ensino de graduação com as atividades desenvolvidas em projetos de ensino, pesquisa, extensão e gestão da FEN/UFG.

A avaliação contínua permite a participação ativa dos discentes, docentes e servidores técnico-administrativos no processo e permite diagnosticar fortalezas e fragilidades do curso de graduação, abrangendo as atividades curriculares e extracurriculares que envolvem o processo de formação. Os resultados oferecem ao NDE a direção para o aprimoramento da capacitação pedagógica dos docentes, dos critérios e formas de avaliação e da estrutura organizacional da

FEN, com vistas ao planejamento e implantação de mudanças necessárias e atendimento às inovações inerentes à profissão.

15 - Gestão das atividades EaD nos cursos presenciais (opcional)

Este PPC será oferecido na modalidade totalmente presencial.

16 - Referências

1. ALMEIDA RGS, TESTON EF, MEDEIROS AA. A interface entre o PET-Saúde/ Interprofissionalidade e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Saúde em Debate [online]. 2019, v. 43, n. spe1 [Acessado 14 Junho 2022] , pp. 97-105. Disponível em: <[https:// doi.org/10.1590/0103-11042019S108](https://doi.org/10.1590/0103-11042019S108)>. Epub 16 Set 2019. ISSN 2358-2898. [https:// doi.org/10.1590/0103-11042019S108](https://doi.org/10.1590/0103-11042019S108).
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente. 1st ed. Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, editor. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; 2014: 42.
3. _____. Congresso Nacional. Presidência da República. Lei Nº 8.080. Brasília (DF), 19 de setembro de 1990.
4. _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
5. _____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [https:// www.planalto.gov.br/ ccivil_03/ Leis/ L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 15 de setembro de 2022.
6. _____. LEI no 13.005 de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. DOU de 26.6.2014 - Edição extra.
7. _____. Ministério da Educação. Resolução CNE/ CES nº. 3, de 7/11/2001.

Institui Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Enfermagem. Diário Oficial da união 09 nov 2001; Seção 1.

8. _____. Ministério da Saúde. Resolução n. 573, de 31 de janeiro de 2018. Aprovar o Parecer Técnico n. 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem. Disponível em: [https:// conselho.saude.gov.br/ resolucoes/2018/ Reso573.pdf](https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso573.pdf)

9. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 61ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

10. FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 62ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

11. GOIÁS. Plano Estadual de Saúde 2020-2023. Secretária da Saúde do Estado de Goiás, 2020. Disponível em: . Acesso em: 15 set. 2022.

12. HADDAD, Lisa M.; ANNAMARAJU, Pavan; TONEY- BUTLER, Tammy J. Nursing shortage. In: StatPearls [Internet]. StatPearls Publishing, 2022.

13. JÚNIOR, LAM. A Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028. Journal of Health Informatics, v. 13, n. 1, 2021.

14. LASNIER, F. Réussir la formation par compétences. Montréal: Guérin, 2000.

15. LIBÂNEO, J. C. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos. 19 ed. São Paulo: Loyola, 1990.

16. LOPES, A.C.; MACEDO, E. Teorias de currículo. São Paulo. Editora Cortez, 2011.

17. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório Anual das Nações Unidas no Brasil 2021. 14 abril de 2022.

18. PACHECO, J.A. Currículo: teoria e prática. Coleção Ciências da Educação. 3ª edição. Porto Editora, 2001.

19. PACHECO, J.F.A. Novas construções sociais de aprendizado. Disponível em: [https:// g1.globo.com/ ce/ ceara/ especial- publicitario/ sistema- fecomercio/ radar- do- comercio/ noticia/2021/02/25/ uma- escola- nao- e- um- predio- escola- sao- as- pessoas- afirma- jose- pacheco.ghtml](https://g1.globo.com/ce/ceara/especial-publicitario/sistema-fecomercio/radar-do-comercio/noticia/2021/02/25/uma-escola-nao-e-um-predio-escola-sao-as-pessoas-affirma-jose-pacheco.ghtml)
20. PEREIRA, ALF. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 19, p. 1527-1534, 2003.
21. SAUPE, R; ALVES, ED. Contribuição à construção de projetos político-pedagógicos na enfermagem. Revista Latino-americana de Enfermagem, v. 8, n. 2, p. 60-67, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v8n2/12419.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.
22. SAVIANI, D. Escola e Democracia. 40 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
23. YÁNÍZ, C.; VILLARDÓN, L. Planificar desde competências para promover el aprendizaje. Bilbao: Universidad de Deusto, 2006.
24. Resolução CEPEC/UFG N° 1699, de 22 de outubro de 2021. Dispõe sobre a regulamentação das Atividades Curriculares de Extensão (ACEx) nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Goiás.
25. Resolução CONSUNI-CEPEC-CC/UFG N° 01, de 29 de janeiro de 2021). Altera o Estatuto da Universidade Federal de Goiás.
26. Resolução CEPEC/UFG n° 1791, de 07 de outubro de 2022. Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da Universidade Federal de Goiás.
27. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027. 2022. Disponível em: [https:// drive.google.com/ file/ d/1HaJIGWoQOSPIbe0q3g4060LnjHwRB4xd/view](https://drive.google.com/file/d/1HaJIGWoQOSPIbe0q3g4060LnjHwRB4xd/view). Acesso em: 18/03/2024.